As “Amizades”

Primeira forma da resistência católica à Revolução

Candido Bona

Relatório apresentado no Congresso Lanteriano, realizado de 7 a 9 de maio de 1980 no Instituto de Ciências Religiosas da Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma.

Título original: **LA TESTIMONIANZA DELLE “AMICIZIE CRISTIANE”**

Editrice Lanteriana Roma

Sumário

As “Amizades”.....1
Primeira forma da resistência católica à Revolução.....1
As “Amizades” na historiografia recente.....4
O Pe. Nicolò Giuseppe Alberto von Diessbach.....9
A “Amizade Cristã”.....13
A segunda “Amizade” e a “Aa”.....17
Os “Amigos” de Turim.....19
Irradiação europeia.....22
Em Milão.....22
Em Paris.....25
Em Viena.....30
Em Florença.....34
O Venerável Pio Bruno Lanteri e a “Amizade Católica”.....35
A herança das “Amizades”.....42
Bibliografia.....47

As “Amizades” na historiografia recente

Na década que precedeu a Revolução na França, encontramos em Turim um círculo constituído por ex-jesuítas e simpatizantes, denominado *Amitié Chrétienne* ou *Amicizia Cristiana* (Amizade Cristã), que declarava a aspiração de estender sua influência aos centros nevrálgicos da Europa[1]. Em outros lugares também se encontram formações, mais ou menos homogêneas, de amigos da extinta Companhia de Jesus. O círculo turinense distinguia-se delas por sua estrutura característica, pela disciplina do segredo e pelas finalidades minuciosamente estabelecidas nos estatutos. Propunha-se, de fato, facilitar a difusão capilar da boa imprensa.

Mais tarde, a Amizade permaneceu distinta, apesar da participação de alguns de seus membros, das sociedades dos Padres de Clorivière, de Tournély e Paccanari, criadas para manter vivo o espírito inaciano.

A ligação entre as ideias, o entrelaçamento e a quase sobreposição das sociedades, secretas ou não, que proliferaram no fim do século e no início do século XIX, parece-me constituir uma característica da época, prenunciando a não distante formação de um movimento católico.

É inegável e constante a relação das Amizades com a Companhia de Jesus. Contudo, embora posterior a 1773, a Amizade Cristã não parece ter sua origem na dispersão dos jesuítas, pois mesmo antes dessa data é possível documentar sua ideia inspiradora e uma lenta maturação. Antes, ela constitui uma prova adicional da extraordinária sobrevivência da Companhia nas obras de seus melhores filhos. Além disso, a necessidade de preencher o vazio deixado pelos jesuítas era muito sentida, e a atmosfera mostrava-se propícia após a desorientação e o rastro de ressentimentos causados pela supressão[2]. Na campanha contra a contaminação doutrinal, os ex-jesuítas assumiram a parte mais ingrata, mas ainda falta um estudo global de sua presença multiforme e operosa.

Com o movimento das Amizades abre-se uma nova página na história das sociedades religiosas secretas. Não cabe falar em “Cabala dos devotos”, segundo o apelido dado à seiscentista *Compagnie du Saint-Sacrement* — que adotara o segredo para sua proteção, mas também para honrar o ocultamento de Cristo na

1 Ver Bibliografia.
2 Cf. A. VECCHI, *Correnti religiose nel Sei-Settecento veneto*, Veneza-Roma, 1962, p. 608-613.

Eucaristia — e depois estendido a outras sociedades religiosas, secretas ou supostamente secretas.

Uma associação secreta para a edição de "bons livros" fora fundada em Breslau, em 1690, pelo jesuíta Pe. Vitus Scheffer. Durante o período napoleônico, foi sobretudo nas sociedades secretas que se concentrou o protesto dos católicos contra o despotismo religioso do imperador. A Amizade, portanto, insere-se no leito, já bastante explorado, de uma tradição à qual o próprio Santo Afonso de Ligório foi sensível com os "irmãos fervorosos", previstos em *As Glórias de Maria*. Ela é, segundo uma expressão consagrada pelo uso, uma sociedade de "piedade e zelo", que persegue o objetivo da santificação pessoal e de um apostolado ajustado às exigências dos tempos. Apresenta traços comuns com outras sociedades religiosas, secretas mas não revolucionárias, por exemplo com as enigmáticas *Aa* francesas[3]. As semelhanças são evidentes demais para que seja necessário atribuir à Amizade uma "forma mentis maçônica", uma estrutura "claramente maçônica", ou investigar suas possíveis relações "com o restante do mundo sectário do século XVIII", e menos ainda insinuar "mal compreendidas preocupações apologéticas" naqueles que negam tal derivação[4]. De resto, em sua fase preparatória, a Amizade atuara às claras. Há também quem a considere surgida "em concorrência com as sociedades maçônicas que justamente então se difundiam no Piemonte com programas também humanitários"[5]. Embora sugestiva, essa aproximação não encontra confirmação nas fontes, que se referem, com abundância de variações, à luta contra filósofos e libertinos e contra os inimigos da verdadeira religião. Seria ingênua a pretensão de combater a maçonaria com a arma do segredo, que não era protegida por sanções penais! Além disso, como explicar o ativismo e o fervor espiritual da Amizade se ela for reduzida a uma espécie de contraponto às lojas?

À parte as supostas influências maçônicas, a importância do movimento parece reconhecida pela historiografia recente, graças ao renovado interesse pelo

3 Para as *Aa*, continua fundamental a síntese de R. ROUQUETTE, "Congrégations secrètes", em *Dictionnaire de spiritualité*, II, Paris, 1953, p. 1491-1506.

4 A derivação maçônica da Amizade é afirmada com suficiência por G. Verucci, que julga descobrir afinidades e convergências — na verdade muito tênues — nos estatutos (*I cattolici e il liberalismo*, cit., p. 80-82). Na documentação das Amizades, ao contrário, são frequentes e explícitas as referências ao jansenismo. Desse movimento — diz-se — há muito a aprender em matéria de organização e de penetração psicológica. À tese de Verucci adere também R. Aubert, na resenha do estudo de C. Bona sobre as Amizades (cf. *Revue d'histoire ecclésiastique*, 59, 1964, p. 596-597).

5 Assim G. DE ROSA, *Storia del movimento cattolico in Italia*, I, p. 20. Ver também P. Calliari, *Carteggio del Ven. P. B. Lanteri*, 1, p. 113, n. 189.

século XIX religioso. Em geral, porém, a Amizade é considerada em função da problemática posterior. Escreve R. Aubert, ao resenhar o volume de C. Bona: "A obra tem (...) a vantagem de confirmar aquilo que se percebe cada vez melhor há alguns anos: a saber, que esse despertar religioso lança suas raízes em pleno século XVIII, um século que teve incontestavelmente suas fraquezas e lacunas, mas que os historiadores da Igreja manifestamente caluniaram; nela também se vê que os antigos jesuítas ocuparam um lugar de primeira importância na organização da resistência ideológica contra o espírito dos enciclopedistas"[6].

G. De Rosa dedica às Amizades um capítulo inteiro na abertura de sua história, em dois volumes, do movimento católico na Itália: "As Amizades Cristãs e a Amizade Católica deram pela primeira vez na Itália o exemplo de uma reação católico-legitimista que recorreu a meios de propaganda organizada; por esse aspecto, considerou-se que elas poderiam ser historicamente situadas como forças precursoras da Ação Católica"[7].

Elas são tomadas como ponto de referência por G. Verucci já no título de uma coletânea de ensaios: "Se é verdade que as origens do movimento de oposição católica desenvolvido ao longo de todo o século XIX devem ser procuradas nas Amizades Cristãs, nas quais se encontram motivos, problemas e polêmicas que adquiririam grande relevo mais tarde, talvez seja também verdade que muitos aspectos da evolução mais geral do catolicismo oitocentista, tanto no plano teológico como no apologético, e também no plano da piedade e da devoção, já estejam presentes em certos setores do catolicismo da segunda metade do século XVIII"[8].

Mas há também quem veja as Amizades em sua dimensão genuína de movimento eclesial. Para P. Stella, que as menciona incidentalmente ao tratar do catolicismo da Restauração, elas constituem "sem dúvida o movimento mais original" entre os círculos de renovação surgidos um pouco por toda parte na Itália e fora dela[9]. Ainda em perspectiva oitocentista, M. Petrocchi atribui grande relevância ao Venerável Lanteri "pela renovação da prática ascética, pela difusão

6 R. AUBERT, resenha citada, p. 594.
7 G. DE ROSA, op. cit., p. 39.
8 G. VERUCCI, *I cattolici e il liberalismo*, cit., p. 2-3. O significado desse primeiro movimento de católicos não escapara ao próprio Gramsci. Ver A. GRAMSCI, "Preistoria dell'Azione Cattolica", em *Il Vaticano e l'Italia*, Roma, 1974, p. 52-57.
9 P. STELLA, "Italie (De la Restauration à l'Indépendance)", em *Dictionnaire de Spiritualité*, 9, Paris, 1969, p. 2273.

dos Exercícios Espirituais inacianos — também por meio do ensinamento de Diessbach — e pela aceitação do benignismo de origem afonsiana”[10]. Outros, como G. Penco e L. Mezzadri, sublinham a novidade da presença dos leigos. Escreve o primeiro: “O espírito utópico próprio do século XVIII aparece (...) num programa de vida comunitária para casados e famílias inteiras, cujas normas são prescritas e para o qual se desenha a planta do edifício. Mas, quanto ao despertar do laicato, o fato mais notável e carregado de consequências para o futuro é a fundação da Amizade Cristã”[11].

E o segundo, partindo da premissa de que a hierarquia, no tempo da Restauração, não sentia necessidade de associações leigas: “A associação que, no fim do século XVIII, apresenta o esquema mais significativo foi a Amizade Cristã”[12].

Completa e eficaz é a síntese de J. Guerber: “A Amizade compunha-se de sacerdotes e leigos; tinha também seu ramo feminino. Uma ampla iniciativa era deixada aos membros leigos, aos quais não se temia confiar postos de responsabilidade. Desse modo, surgiam novas formas de vida cristã intensa e de evangelização, respondendo às exigências de uma época que veria ruir o regime de cristandade”[13].

Se nos detivermos nos escritos constitutivos, veremos que a Amizade se propunha erguer uma barreira contra a enxurrada de livros irreligiosos que, sobretudo na década de 1760-1770, invadira a Itália.

“O que outrora era a exceção libertina tornava-se agora uma escola, um costume, uma moda para muitos. As classes cultas e os que possuíam renda considerável, tanto na nobreza como na burguesia, demonstravam cada vez mais incômodo com a religião. E mesmo onde não havia maturação do pensamento, solidez de convicções nem verdadeiro aprofundamento teológico ou filosófico — ou, melhor, precisamente por isso —, a irreligião, aberta ou mais ou menos dissimulada, era assumida como atitude apropriada, para não dizer obrigatória, por quem desejava ser considerado esclarecido. A literatura que se vangloriava do qualificativo de filosófica e ajudava a banir a superstição era naturalmente

10 M. PETROCCHI, *Storia della spiritualità italiana*, III, p. 82.
11 G. PENCO, Storia della Chiesa in Italia II, 133-134.
12 L. MEZZADRI, “Alle origini del movimento laicale cattolico”, em *Storia della Chiesa dalle origini ai nostri giorni*, XX/2, p. 1062-1063.
13 J. GUERBER, *Le ralliement du clergé français à la morale liguorienne*, p. 3.

procurada e, se provocava o espírito de irreligião, por sua vez alimentava-se dele, encontrando aí a razão do sucesso que nenhuma censura conseguia deter”[14].

Mas, se examinarmos globalmente, como é necessário, toda a documentação — correspondência, memoriais, tratados etc. —, veremos então a Amizade voltar suas armas também contra o jansenismo rigorista, contra as difundidas tendências galicanas e contra a política regalista dos soberanos: “No movimento jansenizante do fim do século XVIII confundem-se já as heranças de pensamento provenientes dos mestres jansenistas e galicanos franceses, ‘resíduos do conciliarismo, doutrinas antirromanas como as de Sarpi, Richer e Giannone’, ‘elementos recolhidos de correntes jusnaturalistas mais modernas (...)’. Assiste-se ao deslocamento do centro de gravidade da polêmica anticurial e antirromana do terreno teológico para o terreno eclesiástico-político. No Piemonte, até mesmo no clero e entre as classes médias circulavam princípios e sentimentos igualitários que, sobrepondo-se às tradições jurisdicionalistas, desembocavam num aceso anticurialismo inspirado em premissas democratizantes (...). As Amizades Cristãs nascem e se difundem precisamente quando se delineia, entre as classes médias, a passagem do espírito do jansenismo seiscentista para as novas tendências reformadoras impregnadas de orientações radicais, revolucionárias”[15].

Contudo, embora redigido em Turim, o plano da Amizade olhava para além dos estreitos limites do Piemonte.

14 A. PRANDI, *Religiosità e cultura nel Settecento italiano*, p. 3-4.

15 G. DE ROSA, *Storia del movimento cattolico in Italia*, I, p. 15-16. As citações internas remetem a um estudo de E. Passerin d’Entrèves.

O Pe. Nicolò Giuseppe Alberto von Diessbach

O fundador das Amizades foi Nicolò Giuseppe Alberto von Diessbach, um convertido suíço. Figura verdadeiramente excepcional, pregador e publicista, aparece dominado pela ideia de organizar uma elite de cristãos em defesa da fé e de criar uma cultura verdadeiramente católica. Possuía "o temperamento e a preparação cultural para ser o autor de um Manifesto"[16]. Onde quer que seu zelo o levasse — Turim, Milão, Viena, Paris, Praga —, suscitava, como um encantador, uma multidão de discípulos e os transformava em "saboreadores das almas", segundo a expressão de Catarina de Sena que lhe era cara. Inventor, estimulador, suscitador. E, no entanto, quase duzentos anos após sua morte, sua figura emerge com dificuldade da penumbra à qual parece condená-la a perda — ou talvez a subtração dolosa — de seus documentos pessoais.

Nasceu em Berna, em 1732, numa família calvinista, e abraçou ainda muito jovem a carreira militar em um dos regimentos suíços a serviço do rei da Sardenha. Leitor insaciável dos *soi-disant philosophes* ("pretensos filósofos"), perdeu a fé, mas a crise resolveu-se em 1755 com sua conversão ao catolicismo. Após a morte da esposa, tornou-se jesuíta, em 1759. Estudou teologia em Milão, no Colégio de Brera, e recebeu a ordenação sacerdotal em 1764. Encontrava-se em Turim quando foi promulgado o breve *Dominus ac Redemptor*, do papa Clemente XIV. Segundo alguns, a "supressão da Companhia de Jesus parecia vir curar as feridas históricas da Igreja e reabrir um ciclo encerrado com a Contrarreforma"[17].

Também para o Pe. Diessbach anunciava-se uma grande virada — da qual a supressão era apenas um sinal —, mas em direção oposta. Por isso, convencido de que nuvens ameaçadoras pairavam sobre o horizonte da Igreja e dos Estados, e sem esperar por aquele acontecimento, concebera o plano de um movimento apostólico de novo tipo.

Na base da intuição de Diessbach está sua experiência pessoal — extravio e conversão, além da atividade pastoral na Alemanha nos anos 1768-1769 — e, talvez, a reflexão sobre a responsabilidade da literatura panfletária na campanha

16 V. M. MICHELINI, *Le Amicizie Cristiane*, p. 15.

17 F. VENTURI, *Settecento riformatore*, II: *La Chiesa e la Repubblica dentro i loro limiti*, Turim, 1976, p. 340 (citação das *Notti clementine*, XIX nota, de Aurelio di Giorgi Bertola).

antijesuítica[18]. O plano consistia em criar círculos restritos de cristãos autênticos, empenhados em responder às provocações dos iluministas com armas equivalentes. Como seu confrade Giovambattista Roberti (1719-1786), ele pressentia o valor do livro para a difusão das ideias. Em sua cidade natal, Bassano, para onde se retirara após a supressão da Companhia, o Pe. Roberti, escritor elegante e até rebuscado, dedicara tempo e recursos "à composição de escritos breves, ocasionais e de fácil leitura". Mas no escritor vêneto, que também aplaudiu a iniciativa de Diessbach, não se encontram propósitos de mobilização[19].

O primeiro esboço do plano de Diessbach — sob a forma de um projeto hipotético destinado a sondar o terreno — encontra-se nos dois últimos capítulos de *O cristão católico inviolavelmente apegado à sua religião*, obra apologética publicada em Turim em 1771[20].

É um livro de caráter experiencial, como se depreende do prefácio: "Sou cristão e católico. Vivi, li, meditei. Quero escrever para ter a satisfação de desenvolver, para mim e para os outros, os traços dos sentimentos que, nascidos e produzidos pelo uso da vida, pela leitura e pela reflexão, contribuíram grandemente para tornar-me cristão e católico".

Depois de demonstrar, nos primeiros dezesseis capítulos, a origem divina do cristianismo, no capítulo dezoito examina as causas e os progressos da descrença, com um diagnóstico lúcido dos males da época que parece pressentir a iminência da revolução. No último capítulo, *Recurso que pode contribuir para deter os progressos ulteriores da incredulidade*, lança um apelo a todos os amigos da religião para que "procurem obstruir a fonte da irreligião e da libertinagem", "ponham em circulação os bons livros e os façam ler". Propõe vários meios para passar à ação prática, sob o lema de unir "os amigos da religião e os bons livros". Embora em termos genéricos, apresenta também um plano de financiamento. Segue-se, em apêndice, uma lista de cerca de 350 obras, "uma espécie de ensaio de biblioteca muito imperfeito", distribuídas em três classes: na primeira, "obras polêmicas para combater a irreligião"; na segunda, "livros espirituais,

18 P. STELLA, resenha de C. Bona sobre as Amizades, em *Rivista di Storia della Chiesa in Italia*, 17, 1963, p. 329.

19 Cf. A. PRANDI, op. cit., p. 3-35.

20 *Le Chrétien Catholique inviolablement attaché à sa Religion par la considération de quelques unes des preuves qui établissent la certitude. Par Nicolas Joseph Albert De Diessbach, Prêtre de la Compagnie de Jésus*, chez Jean Baptiste Fontana, Imprimeur et Libraire, Turim, 1771, 3 vols., pp. XII-198, IV-224, VI-398-32. A obra foi traduzida para o italiano pelo amigo cristão conde Francesco Pertusati (2 vols., Milão, 1823, pela tipografia de G. Pirotta).

particularmente os que desenvolvem e esclarecem o dogma e a moral"; na terceira, "obras mistas de história profana, (...) textos literários, de poesia saudável e de bom gosto". Era uma simples lista de nomes, mas alguns autores foram examinados e discutidos numa obra de 1776, *Os desenganos, ou O solitário cristão católico*, que oferece normas para a composição de um catálogo comentado. Temos aqui, em germe, o futuro catálogo da Amizade.

Aperfeiçoado e precisado em escritos posteriores, o projeto tomou corpo em 1776 com a fundação de uma modesta organização editorial, a Pia Associação, que pretendia publicar a preço módico e sem fins lucrativos os clássicos da apologética cristã[21].

O abade Diessbach mantinha-se sempre otimista quanto às possibilidades concretas de criar uma opinião pública formada pelos princípios cristãos.

No espaço de quatro anos, vieram à luz cerca de trinta obras, incluindo alguns autores modernos, como o barnabita cardeal Giacinto Sigismondo Gerdil e o conde Benvenuto Robbio di San Raffaele, reformador da Real Universidade de Turim. As edições foram publicadas primeiro em Turim, depois em Friburgo, na Suíça, e novamente em Turim. Por volta de 1779, contavam-se cerca de trinta agências ou representações para a coleta de assinaturas, na Itália, em Friburgo e em Viena. Em torno de Diessbach começaram a movimentar-se os primeiros colaboradores e discípulos. Não se pode excluir a participação de Gerdil antes de sua elevação ao cardinalato. Era voz autorizada a do conde Robbio di San Raffaele, discípulo de Gerdil e típico expoente da cultura piemontesa, que desde 1769 pressentira "nosso iminente renascimento", isto é, um novo curso espiritual no Piemonte e na Itália. Escritor fecundo e muito lido foi o cônego Gian Domenico Giulio, que fora noviço na Companhia na época da supressão e dirigiu as edições em Friburgo. Suas *Noites de Santa Maria Madalena Penitente* tornaram-se um autêntico *best-seller*, com traduções para o francês, o espanhol, o alemão e até o polonês. Ao lado de outros não identificados, destacaram-se os muito jovens Luigi Virginio (1756-1805) e Pio Bruno Lanteri (1759-1830). Ambos naturais de Cuneo, foram colegas na universidade e mais tarde recolheram toda a herança de Diessbach. Virginio também se encontrava na Companhia no momento da supressão. Há razões para supor que a Pia

21 Documentação e desenvolvimento em C. BONA, *Le "Amicizie". Società segrete e rinascita religiosa*, p. 31-56. Remete-se a essa obra quando, a seguir, não forem dadas outras indicações.

Associação não tenha sobrevivido a 1780. Fora uma luta de rosto descoberto, sem excessos polêmicos, contra o espírito do século. Talvez a experiência não tivesse sido inteiramente positiva por falta de um ponto preciso de referência. A partir de 1780, a campanha prosseguiu com objetivo mais amplo, sob outra forma e protegida pelo véu da clandestinidade. Perderam-se progressivamente os rastros da Pia Associação, enquanto ganhava cada vez mais nitidez uma verdadeira sociedade, composta de sacerdotes e leigos, homens e mulheres, com estatutos e normas conhecidos apenas pelos membros: a Amizade Cristã, ou A.C., como abreviavam os documentos. Continuava propondo a difusão dos “bons livros”, mas também a formação de uma elite intelectual.

A “Amizade Cristã”

O significado do nome parece dever ser procurado no caráter da associação, moldado pela caridade genuína e impregnado do alegre sentimento da união dos membros entre si e com Deus. A Amizade poderia ser definida como a sociedade do amor, uma ligação de pessoas que tendem a um fim comum, apoiada na colaboração livre e não em rígidas bases hierárquicas. Dos membros exigia-se “muita doçura”, pois — sublinham os estatutos — a sociedade só poderia subsistir se fosse excluído, com severidade inexorável, “tudo o que possa perturbar a boa harmonia de seus membros”. Em consequência, eram banidas as discussões sobre matérias “nas quais, não tendo a Igreja decidido, pode haver entre os melhores católicos diferentes orientações e diferentes maneiras de pensar”[22]. Confirma-nos nessa interpretação um capítulo de *O solitário cristão*, com o eloquente título *A voz da Amizade Cristã*, que trata da amizade como virtude à luz da doutrina de São Francisco de Sales. Dos membros, todos situáveis no âmbito da nobreza ou da burguesia, exigia-se uma vocação específica, autenticada pelo testemunho de vida cristã. A verificação ocorria durante o noviciado e se aperfeiçoava nos exercícios espirituais segundo o método inaciano.

“A Amizade Cristã — lê-se num texto que reproduz os estatutos — consiste numa pia união de pessoas que, tendo verdadeiramente a peito todos os dogmas católicos e a piedade mais do que a própria vida, se empenham seriamente em promover, por meio de bons livros, 1) em si mesmas e 2) nos outros, o conhecimento e o amor de Jesus Cristo mediante a prática das virtudes cristãs da Fé, da Esperança e da Caridade, segundo o espírito da Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana, única depositária da doutrina divina da Revelação”[23].

As normas e os estatutos, impregnados do espírito de suavidade de São Francisco de Sales, revelam uma nítida marca inaciana, tendo como motivo dominante o *ad maiorem Dei gloriam*, mas alimentam-se também da *pietas* e da moral de Afonso de Ligório, seu contemporâneo. Motivo central e quase “doutrina interior” é a devoção ao Coração de Jesus — a Amizade também é

22 Assim no regulamento da associação, intitulado *Les Loix de l’Amitié Chrétienne*. Ele é completado pela *Suite des Loix de l’Amitié Chrétienne*. Ambos os documentos foram publicados em C. BONA, op. cit., p. 477-502.

23 Nota anexada ao rescrito de indulgências de 20 de julho de 1814 (Arquivo dos Oblatos da Virgem Maria, Pinerolo, série I, vol. VIII, p. 296).

definida como uma "santa união no Sagrado Coração de Jesus"[24]. Adquire particular relevo "uma devoção igualmente terna à dulcíssima Mãe de Deus, Maria Santíssima, depositária de todas as graças"[25]. Nossa Senhora é constituída padroeira da Associação juntamente com São José e Santa Teresa de Ávila.

"Reconhecemos esses dois santos como protetores de nossa Sociedade: o primeiro porque esteve tão intimamente ligado a Jesus e a Maria; a segunda porque escreveu de modo admirável sobre o zelo que inspira a Amizade Cristã, zelo que professamos e que ela própria professou de maneira excelente".

Assim dizem os estatutos. São José, modelo de vida interior, deve conduzir à vida de união com Jesus e Maria. A santa de Ávila, mulher de zelo ardente e de intensíssimos desejos, é considerada inspiradora das múltiplas iniciativas de apostolado. Se a Amizade pode ser definida como a "sociedade do zelo", em quem deveria inspirar-se senão em Teresa de Jesus, que, depois de tanto suspirar, rezar e trabalhar pela salvação do próximo, declarara que o zelo era a inclinação particular que o Senhor lhe dera (cf. *Fundações*, cap. 1, 7)? A vida interior era alimentada pela frequência aos sacramentos — ao menos duas vezes por mês para os leigos —, pela oração mental e por piedosas leituras diárias, por penitências e obras de caridade espiritual. Depois de um ano de prova, que incluía, entre outras coisas, uma hora diária de meditação, os aspirantes eram admitidos aos votos ou promessas: abster-se da leitura de livros proibidos; dedicar uma hora semanal a leituras espirituais em livros indicados pela Amizade; e obedecer aos superiores nas questões relativas à atividade específica da associação. Em razão das preocupações com o segredo e a formação, o recrutamento era restrito. Em cada cidade constituíam-se pequenas células de doze membros, seis homens e seis mulheres, embora houvesse exceções em casos particulares, como ocorreu em Paris. Com estratégia de vanguarda, o Pe. Diessbach dera lugar às mulheres nas assembleias da associação. Seções femininas separadas também existiam na *Compagnie du Saint-Sacrement* e nas Congregações Marianas. Mas, mais do que em precedentes de origem católica, parece que o Pe. Diessbach se inspirou em sua experiência do mundo protestante[26].

Na Amizade, as mulheres sentavam-se ao lado de sacerdotes e nobres para deliberar sobre os problemas mais diversos. Às vezes Diessbach precisava moderar o zelo das neófitas: "Que as senhoras cultivem as senhoras, não os diretores".

Mas também: "Das senhoras fidelíssimas, servir-se para cultivar os bispos" — isto é, para trabalhá-los

24 *Suite des Loix de l'Amitié Chrétienne*, em C. BONA, op. cit., p. 490.

25 Projeto de Pia União para a assistência nos hospitais (Florença). Cf. C. BONA, op. cit., p. 547.

26 Escreve o Pe. Diessbach num fragmento de carta que nos chegou em cópia incorreta e sem data: "Em Lausanne, até as mulheres têm um lugar de reunião como a grande sociedade de Berna, que chamam, em inglês, *club*, onde dispõem de salas para ler, aquecer-se, tomar chá, jantar, se quiserem, com jornais públicos e livros — que daí imitem. *Filii huius saeculi prudentiores* [os filhos deste século são mais prudentes]". C. BONA, op. cit., p. 71.

segundo o espírito da Amizade[27].

Ao pequeno número dos amigos correspondia uma longa cadeia de *rechercheurs* e *rechercheuses des âmes* — "buscadores" e "buscadoras de almas" —, ou colaboradores de segunda ordem, como os chamavam os estatutos. Recebiam formação cuidadosa, mas não o conhecimento pleno da sociedade. Atuavam sob a responsabilidade de cada amigo, não eram admitidos às reuniões e não se reuniam entre si. Grande auxílio provinha da "carta geográfica", uma espécie de mapa das forças utilizáveis fora da Amizade, isto é, uma lista de pessoas influentes e zelosas que permitia ampliar enormemente o campo de influência.

Traço típico, embora não exclusivo, da Amizade era o segredo, apesar da advertência de Bento XIV: *honesta semper publico gaudent, scelera secreta sunt* — "as coisas honestas sempre se alegram com a publicidade; os crimes são secretos". Pelo menos inicialmente, essa preocupação não fora sugerida pelo medo de perseguições policiais, mas antes pelo desejo de não sucumbir à ingerência paralisante do estatismo eclesiástico; sobretudo, respondia a uma exigência de ordem tática, que desaconselhava revelar os próprios planos ao adversário. Em *Le Chrétien Catholique* (III, 364) encontra-se uma justificativa antecipada, quando Diessbach adverte contra a "conspiração do ridículo", urdida com verdadeira maestria pelos voltairianos. O segredo não significava desconfiança em relação à autoridade constituída, pois os estatutos impunham que se dessem explicações completas caso bispos ou príncipes quisessem investigar. De fato, a Santa Sé foi informada, e a Amizade foi reconhecida e enriquecida de indulgências por Pio VII. Isso bastava para prosseguir de boa-fé. De todo modo, a questão era delicada, e os documentos voltavam frequentemente ao tema, quase como justificativa. Pelo que sabemos, a autoridade civil nunca foi informada, e o segredo foi muito bem preservado até mesmo durante a dominação francesa. O pequeno número e as qualidades dos membros constituíam garantia de sigilo. Na correspondência empregava-se um jargão convencional, com abreviações para os nomes e siglas; em casos particulares, utilizava-se cifra.

A Amizade era dirigida colegialmente, mediante deliberações tomadas nas reuniões ou assembleias. Os cargos eram eletivos e tinham função executiva. No vértice estava o primeiro bibliotecário, uma espécie de personagem carismática — primeiro Diessbach e depois Lanteri — que encarnava visivelmente o espírito da associação, embora suas atribuições fossem bastante genéricas. O poder executivo, inclusive a administração dos fundos, era confiado ao segundo bibliotecário. Cabia ao promotor vigiar a fidelidade aos estatutos e cuidar das colônias ou novas fundações. Vinham depois o secretário e o instrutor — ou instrutora, para as aspirantes —, encarregado dos noviços. Por fim, o missionário

27 Ibidem, p. 89. A solidez de princípios própria do episcopado piemontês revelou-se plenamente na época da ocupação francesa. O prof. Francesco Cognasso assinala o baixo número de sacerdotes e religiosos que aderiram ao novo regime. Mas observa: "Muito mais fracos, em comparação, foram os bispos. Nenhum ousou assumir uma atitude digna dos mártires da fé; todos, mais ou menos, se curvaram" (*Vita e cultura in Piemonte*, em *Storia del Piemonte*, II, Turim, 1960, p. 703).

ou viajante realizava viagens de observação pelas diversas cidades. As senhoras colaboravam como consultoras e auxiliares.

É na biblioteca — também chamada "botica" — e a partir dela, mobiliada com bom gosto segundo normas minuciosamente definidas, que pulsa e se irradia a vida da associação. Ali se realizavam as assembleias, inicialmente duas vezes por semana; previam-se também assembleias ecumênicas, com a participação de representantes das colônias. Como é óbvio, a biblioteca continha os livros, mas estes eram distribuídos em três acervos: os reservados somente aos membros, os destinados ao empréstimo e o depósito para distribuições gratuitas. Na estratégia do movimento, os livros ocupavam lugar de primeira ordem. Daí a necessidade de conhecer "os livros, os homens e as circunstâncias em que se encontram", e de aprender a difícil arte da distribuição. Para esse fim, foram compilados catálogos de diversos tipos, como demonstram os oito exemplares sobreviventes. Basta recordar aqui dois: o catálogo alfabético geral, com mais de 1.500 obras, e o catálogo por classes — oito —, correspondentes a oito categorias diferentes de leitores hipotéticos, numa gradação que ia da controvérsia à espiritualidade e à literatura. Eram chamados "selecionados" certos livros de piedade, e "fortíssimos" os considerados particularmente eficazes nas matérias de controvérsia. Do conjunto desses repertórios, continuamente atualizados e revistos, torna-se fácil identificar os temas teológicos, ascéticos e culturais que formavam o pano de fundo ideológico do movimento.

O livro, difundido sistematicamente e às vezes editado pela própria Amizade, era, portanto, a grande arma de ataque e de defesa. Previa-se também um conjunto de iniciativas destinadas a suscitar a colaboração de religiosos e sacerdotes zelosos, para obter uma distribuição capilar. A execução do programa, além de depender do fator pessoal, estava condicionada à existência de recursos financeiros consideráveis. As disposições correspondentes dos estatutos, marcadas por grande discrição, confiavam nas iniciativas e contribuições dos membros. Restaram algumas anotações de despesas, mas não conhecemos os livros contábeis.

A Amizade era uma associação militante. Nutridos nas fontes de uma piedade solidíssima, seus membros vinculavam-se por voto a um apostolado intelectual dirigido contra a "filosofia das luzes" e contra as "falsas doutrinas", que eram causa de ásperas polêmicas entre os teólogos e, dizia-se, afastavam os fiéis da prática religiosa. Por razões de prudência — pois o governo saboiano continuava a impor a célebre "lei do silêncio" de Vítor Amadeu II —, faltam nos estatutos referências explícitas contra o rigorismo jansenista e o jurisdicionalismo, que formavam o substrato do ensino oficial das universidades. Contudo, discutia-se o assunto nas reuniões e agia-se de modo coerente. Nos escritos posteriores, a polêmica está presente e assume tons de verdadeira campanha.

A segunda “Amizade” e a “Aa”

A vocação de suscitador fez nascer em torno do Pe. Diessbach uma segunda pequena comunidade, destinada apenas a eclesiásticos. Os inícios da Amizade Sacerdotal são pouco posteriores ao nascimento da primeira Amizade, por volta de 1781-1782. Talvez devam ser relacionados à ordenação de Virginio e Lanteri. Curiosamente, as amigas cristãs atribuíam-se uma parte importante na fundação — de caráter financeiro? — ao lado do Pe. Diessbach. Escola de ascese cristã e de formação intelectual, a nova associação, secreta como a primeira, preparava o jovem clero para o ministério das confissões segundo uma moral benigna. Atribuía grande importância ao “operariado”, isto é, ao estágio dos jovens levitas sob a orientação de autênticos trabalhadores da vinha do Senhor. Os membros comprometiam-se a compor um curso completo de sermões para missões paroquiais e para exercícios espirituais de tipo inaciano. Deviam inspirar-se em sacerdotes de grande experiência, como o oratoriano Pe. Baudo, cheios de compreensão humana e que não mantinham o penitente imobilizado no confessionário. Reuniam-se semanalmente sob a direção de um sacerdote.

As assembleias começavam com uma conversa amigável: enquanto se esperava completar o número dos presentes, liam-se os jornais. Sabemos que Lanteri era assinante do *Journal de Luxembourg*, antijansenista; comentavam-se as novidades do dia para colher nos acontecimentos, como ensina Santo Inácio, tudo quanto pudesse relacionar-se com a glória de Deus. Tomava-se uma xícara de café. Segundo Pe. Lanteri, a leitura dos jornais servia:

1. “para traçar o mapa moral do mundo; 2. para habituar o eclesiástico a não restringir suas ideias e seu interesse apenas à própria terra, mas a considerar todo o mundo como sua pátria, todos os homens do mundo como seus irmãos, e a interessar-se, como verdadeiro filho e ministro de nossa Mãe, a Santa Igreja Católica Romana, por todos os bens e males morais do mundo, que tão de perto interessam ao Sagrado Coração de Jesus; 3. para poder assim introduzir-se mais facilmente entre os leigos e depois falar-lhes de Deus, a exemplo dos santos”[28].

Nos documentos contemporâneos, a associação é apresentada como uma forma particular de Instituto, adequada aos novos tempos, que Deus suscitara para suprir as ordens religiosas, impedidas de agir ou até mesmo dissolvidas.

28 G. BONA, op. cit., p. 112.

Desprovida de estruturas e preceitos vinculantes, salvo o de prestar-se gratuitamente à pregação, ela sugeria estreita colaboração com a Amizade Cristã, que, no entanto, não era mencionada, ao menos explicitamente, nas normas ou estatutos. Isso não surpreende, pois em geral os membros pertenciam simultaneamente às duas associações. Do tronco e do espírito da Sacerdotal germinariam mais tarde o Colégio Eclesiástico de Turim e a Congregação dos Oblatos da Virgem Maria.

Para que o quadro fique completo, é preciso apresentar uma terceira associação: a misteriosa *Aa*, introduzida em Turim a partir da Saboia nos anos que coincidem com a fundação da Amizade. Surgida na França por volta de 1630, no ambiente das Congregações Marianas, e rapidamente difundida numa rede intrincada de ramificações, a *Aa* desenvolveu intensa ação espiritual, particularmente em favor dos aspirantes ao sacerdócio. Encontramo-la, entre outras coisas, na origem das *Missions étrangères* de Paris. Cultivava o fervor e o impulso apostólico num clima de caridade fraterna que se reportava à primitiva comunidade de Jerusalém. Professava terna devoção à Virgem — talvez se deva à inspiração da *Aa* o "ato de escravidão" assinado por Lanteri em 15 de agosto de 1781. Secreta e ciosa de sua autonomia, a *Aa* estava aberta a clérigos e leigos, mas não a religiosos. Os grupos individuais, às vezes muito pequenos, não formavam um corpo comum. Seu nome, segundo a interpretação corrente, resultaria da duplicação da inicial de *assemblée*. Parece ter sido adotado como sinal de reconhecimento, não para proteger o segredo.

O organizador da *Aa* de Turim — propriamente uma *Aa des clercs* — foi o clérigo Jean François Murgeray, natural de Chambéry e colega de estudos de Lanteri na universidade. Pode-se deduzir que Lanteri tenha servido de ligação com a Amizade. Uma coisa é indiscutível: boa parte dos membros da *Aa* turinense pertencia simultaneamente a uma e a outra das associações instituídas pelo Pe. Diessbach. Mais ainda, a *Aa* tornou-se o viveiro privilegiado da Sacerdotal. O Pe. Diessbach certamente não permaneceu alheio à *Aa*, sobretudo na qualidade de coordenador geral. Mas o animador e promotor do pequeno grupo turinense logo se tornou Pe. Lanteri, como atesta a impressão vivíssima causada por sua visita à *Aa* de Chambéry durante uma viagem à Suíça a serviço da Amizade[29].

29 Ecos da visita de Lanteri à *Aa* de Chambéry na carta de Louis Tellier a Giuseppe Sineo della Torre, de 25 de

Os “Amigos” de Turim

A composição da Amizade turinense é suficientemente conhecida. Ao núcleo originário, formado pelos habituais Diessbach, Giulio, Virginio e Lanteri, juntou-se aos poucos, talvez a partir de 1785, um belo grupo de sacerdotes: Pietro Rigoletti, Giuseppe Sineo della Torre, Carlo Francesco Daverio, Giuseppe Cafasso — natural de Castelnuovo como o santo homônimo —, Luigi Fortunato Guala e outros.

A presença feminina existiu desde o início. Pertenceram ao círculo do Pe. Diessbach e talvez também à Amizade as condessas Angelica Ghilini Saluzzo di Paesana e Isabella Ghilini Roero Trotti, que, por ocasião do jubileu universal celebrado em 1776 pela eleição de Pio VI, suplicaram ao papa que revogasse, em favor dos Padres Diessbach e Front, a humilhante prescrição que excluía os ex-jesuítas do ministério das confissões e da pregação.

Lanteri fala de duas amigas cristãs em certos pequenos cadernos de anotações, mas fornece apenas as iniciais: “Mlle G. C. — Correspondência”, isto é, encarregada da correspondência, e “Madame C. C.”, à qual foi dada como *rechercheuse* Madame Morando. Por volta do fim do século aparecem nomes ilustres do patriciado: os marqueses Giuseppe Massimino Ceva e Vittorio Maria della Chiesa Cinzano Roddi, com as respectivas esposas; um conde Grimaldi e certo Calcagno. Acima de todos destaca-se o marquês Cesare Taparelli d’Azeglio, com a esposa Cristina Morozzo di Bianzè. No início do século XIX foram feitas duas aquisições preciosas, os cavaleiros Renato Galleani d’Agliano e Luigi Provana di Collegno.

Diessbach e Virginio estavam frequentemente ausentes em razão de encargos, enquanto Giulio, o escritor, reduzia sua presença; assim, a vida do grupo — ou, melhor, dos grupos turinenses — girava em torno de Pe. Lanteri como em torno de seu próprio eixo. Eram anos difíceis, trágicos, pelas complicações políticas e pelo servilismo do episcopado após a anexação à França do frágil Estado saboiano. Produziu-se uma maturação surpreendente na personalidade de Lanteri. Apesar da saúde arruinada, o Venerável desenvolveu uma atividade extraordinária. Ele nos aparece como o mais favorecido pela graça, como a figura na qual mais se reconhecem os traços do bom pastor. As Amizades de Turim

abril de 1787, em *Carteggio del Ven. P. B. Lanteri*, II, p. 74-76.

trabalhavam intensamente. Salvo as ampliações exigidas pelas circunstâncias, procediam segundo o esquema dos estatutos. O problema do pessoal era urgente, pois as novas fundações necessitavam de pessoas preparadas — pelo menos cinco jovens sacerdotes tomaram o caminho de Viena. Aperfeiçoava-se pacientemente o catálogo dos livros; desenvolvia-se a correspondência epistolar; mantinham-se contatos com o ambiente universitário, provavelmente com os estudantes; lançava-se uma coleção filosófico-teológica, com obras de Nieuwentijdt e Sturm, em defesa da religião natural; e dedicava-se ao apostolado dos exercícios espirituais.

A psicologia dos associados turinenses é revelada com eficácia por uma página retrospectiva, escrita não depois de 1792: "Em Turim, toda pessoa que conhece o país vê quão viciosa é a direção que tomam os estudos de teologia e os princípios transmitidos àqueles dos quais os povos um dia dependerão nos caminhos da salvação. Do sistema comumente adotado resulta que as autoridades mais graves e mais seguras em matéria de religião não serão ouvidas; que os princípios mais certos e mais importantes se tornarão problemáticos; (...) que as portas da salvação acabarão insensivelmente fechadas aos fiéis (...). Os velhos, que, caminhando pelas antigas vias, ainda sustentam o que há de bom, desaparecem a cada dia e em breve terão desaparecido inteiramente. Então todos serão entregues às pessoas formadas nos novos princípios, os quais, por sua própria natureza e em vista de todas as circunstâncias, tendem a piorar cada vez mais. O mal seria, portanto, irremediável se a A.C. não tivesse criado uma escola em que jovens eclesiásticos se formam na verdade católica em toda a sua pureza — a Sacerdotal —; se não tivesse cuidado de trazer de longe e tornar comuns os livros nos quais essa verdade está contida. Graças a Deus, já se veem frutos salutares"[30].

Em 1794, os homens mais destacados da Amizade avaliaram a possibilidade de refugiar-se no exterior: "Avançando o exército francês na Saboia, e exigindo-se ali dos sacerdotes o juramento de fidelidade à República e de ódio ao rei etc., resolveu ele [Giulio] partir em 1º de maio para a Suíça com o irmão Pe. Pietro, com Diessbach, com o teólogo Lanteri, com o cônego Roggeri e outros. O ponto de encontro é Chivasso. Essa decisão não se concretiza"[31].

30 Informação contida num curioso documento intitulado *Role de l'A.C. pendant la controrévolution* (Arquivo dos Oblatos da Virgem Maria, série I, vol. V, p. 199).

31 Biografia inédita de Gian Domenico Giulio, escrita pelo sobrinho Carlo Ignazio Giulio. Cf. C. BONA, op. cit.,

Em vez disso, retomaram as atividades habituais, acrescentando a difusão de opúsculos, às vezes manuscritos, para sustentar a fé dos vacilantes; dedicaram-se aos hospitais militares, entre soldados franceses e austríacos; cuidaram das religiosas expulsas dos conventos...

p. 200.

Irradiação europeia

Uma vez ultrapassadas as fronteiras do Piemonte, torna-se impossível resumir em poucas páginas o desenvolvimento das Amizades. Foram estabelecidas fundações em Milão, Paris, Viena e Florença. De outras Amizades na Suíça, em Augsburg, na Vendeia e em Varsóvia, mal se percebem os vestígios. Ao contrário, foi quase impossível transplantar a *Aa* e a Sacerdotal. O redentorista São Clemente Hofbauer, a cujo zelo se deve a fundação de uma Amizade em Varsóvia, apresentava a organização do Pe. Diessbach, no início do novo século, como "uma obra para o crescimento da fé católica (...) propagada de modo quase invisível por grande parte da Europa"[32].

Em Milão

A primeira, em ordem cronológica, foi a fundação de Milão. A missão de sondar o ambiente milanês foi confiada a Pe. Luigi Virginio, então com 27 anos, no início de 1783. Uma carta sua a Diessbach, datada de 1º de abril, fornece-nos o quadro espiritual da metrópole lombarda, tão diferente de Turim por suas tradições políticas e culturais. Milão — escreve — é uma terra ainda muito bem encaminhada. Entre o clero percebe-se, é verdade, alguma infiltração de jansenismo, e na nobreza algum abalo de impiedade iluminista. No povo, muito religioso, só se deve lamentar certa dissolução dos costumes e um amor desordenado pelas diversões. Entre os ex-jesuítas destaca-se o abade Argenti, acima de qualquer elogio e capaz de dirigir uma eventual colônia da Amizade; o abade Bianchi, capelão da corte que exala santidade, inteiramente absorvido pelo "operariado"; e o abade Prati, que possui uma biblioteca bastante abundante, sobretudo de livros antigos. Pelo abade Argenti, Pe. Virginio sabe que pode contar com alguns nobres, entre os quais Francesco Pertusati, com a esposa Maria Olgiati, e a condessa Trotti. Os cavaleiros, em geral, mesmo os muito religiosos, não ousam abrir a boca "por medo dos representantes régios"[33].

Figura central da Amizade milanesa foi o conde Francesco Pertusati (1741-1824). Enquanto realizava seus estudos na Companhia de Jesus, que precisou deixar por motivos familiares, estreitou amizade com homens de letras como

32 Carta de 19 de agosto de 1800 ao Pe. Paolo Biasucci, superior-geral dos Redentoristas. Cf. C. BONA, op. cit., p. 233, nota.

33 A nota correspondente não aparece nas páginas do arquivo fornecido.

Girolamo Tiraboschi, Giovanni Battista Giovio e, naturalmente, com o Pe. Diessbach. Poeta em língua vernácula, precedeu Carlo Porta por uma geração. Estimulado por Diessbach, traduziu incansavelmente, junto com a esposa, cerca de quarenta obras e opúsculos espirituais franceses, que vendia abaixo do custo e doava generosamente aos amigos para que os redistribuíssem gratuitamente. No prefácio a *Escola da moral perfeita nas Parábolas do Evangelho e nas oito Bem-aventuranças*[34], percebe-se vibrar a inspiração do Pe. Diessbach. Escreve:

"Falemos de coração aberto. Vivemos em tempos infelicíssimos. A falsa filosofia, o espírito de novidade e a intemperança de teologizar — tornada comum, por fatal costume, tanto a quem cinge a espada quanto a quem deveria manejar apenas a roca — abriram, neste século que se vangloria da ciência, passagem para a incredulidade, favorecendo de todos os modos a libertinagem.

A piedade de nossos bons antepassados é ridicularizada; a obediência e o respeito ao chefe da Igreja são considerados preconceitos de idiotas, e a frequência aos sacramentos, um abuso; o alimento da palavra de Deus, a visita aos altares e os exercícios de culto autorizados pela Igreja são ocupações frívolas que fomentam a superstição e a hipocrisia; por isso os vemos transformados, aqui, em objetos de reforma e, ali, em motivo de censura e de discursos insuportáveis".

Apoiado pelo Pe. Diessbach, Pertusati inspirou a produção religiosa de Giovio (1748-1814) e sustentou a atividade do célebre polemista Carlo Luigi Mozzi de' Capitani (1746-1813), ex-jesuíta de Bérgamo, que hospedou por breve período no belo palácio ancestral de Porta Romana. "Sempre ocupadíssimo em assuntos relativos à glória de Deus", como se expressa a condessa Pertusati escrevendo a Lanteri, foi Pe. Carlo Riva Palazzi, diretor do Oratório de São Carlos, aberto com preocupações sociais no início do século XIX, na área do atual Policlínico. Nos documentos, atribui-se-lhe o cargo de segundo bibliotecário e de teólogo da Amizade.

Entre os sacerdotes distinguiu-se ainda Mons. Gerolamo Mascarana, pároco de San Giorgio in Palazzo e diretor do *Gabinetto Letterario*, uma espécie de academia que veremos realizada, sob outro nome, também pelos amigos florentinos.

34 A nota correspondente não aparece nas páginas do arquivo fornecido.

Certamente ligados à Amizade, embora sua filiação não conste da documentação oficial, foram Mons. Maria Zoppi, pároco de Santo Stefano e mais tarde bispo de Massa Carrara, e o passionista São Vincenzo Maria Strambi, bispo exilado de Macerata e Tolentino. Em Zoppi, autêntica têmpera de pastor, há quem julgue reconhecer "o tipo mais autêntico do Amigo cristão"[35]. Nos anos passados em Milão, Mons. Strambi aparece intimamente ligado a alguns amigos cristãos e participou ativamente de seu apostolado da boa imprensa. As despesas de impressão de seu opúsculo *Pensieri ed affetti sulla santa Croce che Gesù porta*, Milão, Editora Pirotta, 1814, foram pagas pelo conde Girolamo Mellerio, outro membro leigo da Amizade, que mais tarde — curiosamente — seria "postulador substituto" na causa de beatificação de Strambi, tanto no processo ordinário como no apostólico de Milão[36].

Entre as senhoras devem ser mencionadas a condessa Carolina Cravenna Carcano, as duas irmãs Teresa Trotti Bentivogli Arconati e Carolina Trotti Durini, além, naturalmente, da condessa Pertusati. Sobre a atividade específica da Amizade ambrosiana possuímos um testemunho um tanto enfático e vago, que remonta ao fim do século XVIII.

Quase se insinua a suspeita de que os amigos se enfeitassem com penas de pavão: "Em Milão, os ímpios haviam barrado o acesso à maior parte das boas obras. É, em grande medida, à Amizade Cristã que se deve, direta ou indiretamente, o fato de que os bons livros, apesar de seus esforços, circulem abundantemente nessa cidade. Fora estabelecido nas proximidades um centro de ensino pérfido — o Pórtico Teológico de Pavia, onde Pietro Tamburini ocupava a cátedra e a quem Diessbach chamava de 'o Arnauld da Itália'. É ainda, em grande parte, aos Amigos Cristãos dessa região que se deve o fato de os alunos dessa escola não serem ouvidos; de serem vistos com desconfiança; de seus princípios serem desprezados; e de vários deles terem retornado de seus extravios"[37].

Escreveram-se biografias de três senhoras milanesas — Trotti-Arconati, Cravenna-Carcano e Pertusati —, que foram imediatamente inseridas no catálogo da Amizade turinense. Alessandro Manzoni fala da primeira com comovida admiração no capítulo XV da *Moral Católica*, propondo-a como exemplo de

35 V. M. MICHELINI, *Le "Amicizie Cristiane"*, p. 52.
36 Cf. F. MENEGAZZO, "San Vincenzo Maria Strambi e l'Amicizia Cristiana di Milano", em *Memorie Storiche della diocesi di Milano*, 16, 1969, p. 145-149.
37 *Role de l'A.C. pendant la contrerévolution*.

caridade depois dos santos Carlos Borromeu e Jerônimo Emiliani: “Uma mulher que vimos em nosso meio, e cujo nome repetiremos aos nossos filhos; uma mulher criada no conforto, mas há muito habituada a privar-se dele e a não ver nas riquezas senão um meio de aliviar seus semelhantes, saindo um dia de uma igreja rural etc.”

Trotti-Durini também mereceria uma biografia, mas sua memória permanece consagrada pela amizade com Maddalena Gabriella di Canossa (1774-1835), tal como resulta da correspondência da beata veronesa. Canossa, de fato, participou a seu modo da atividade da Amizade milanesa. Ouçamo-la escrever a Durini: “Agradeço-lhe muito pelos belos livros que me enviou; são-me muito caros. Darei um também a Pe. Pietro e a alguma outra pessoa a quem possam ser úteis... Às vezes, com esses religiosos do campo, pode-se fazer muito bem com seus livros”[38].

A beata agradece também em nome do bem-aventurado Carlo Steeb, sacerdote que fora luterano e fundador, em Verona, das Irmãs da Misericórdia; menciona Pe. Pietro Leonardi, fundador, por sua vez, da Fraternidade Evangélica dos Sacerdotes e Leigos Hospitalares, que de Verona foi transplantada para Milão pelo barnabita Felice De Vecchi. Tanto Leonardi quanto De Vecchi eram conhecidos pessoais de Lanteri. Para os amigos hospitalares, muito ativos no Hospital Maior de Milão, o amigo e teólogo Riva Palazzi compusera um *Catecismo para instruir os enfermos*. Foi também a Riva Palazzi que Pe. Leonardi e Canossa recorreram em busca de conselhos sobre a pedagogia e a administração dos oratórios. Entre Milão e Verona houve um dar e receber recíprocos, e desse intercâmbio percebe-se um novo florescimento de vitalidade cristã na aurora do novo século. Numa sociedade em transformação, também a Amizade Cristã de Milão, de associação clandestina voltada à boa imprensa, foi evoluindo para formas de assistência caritativa e social[39].

Em Paris

Rica em obras e promessas foi a breve história da Amizade em Paris. Depois da experiência positiva de Milão, a difícil missão de transplantar a sociedade dos bons livros para a cidade das “luzes” e da Enciclopédia coube novamente a Pe.

38 Carta de 10 de outubro de 1801. Cf. C. BONA, op. cit., p. 151, nota.

39 Para aprofundar o conhecimento do ambiente milanês e dos personagens ligados, de diversos modos, à Amizade, especialmente por intermédio dos Barnabitas, ver o pequeno volume citado de V. M. Michelini.

Virginio. Encontramo-lo ali no verão de 1785, hóspede do Seminário de Saint-Nicolas du Chardonnet, com o título de professor de teologia moral. Sua imediata cooptação para a *communauté* não nos surpreende: em Saint-Nicolas, onde a *Aa* estava estabelecida desde o século XVII, não se acolhiam com bons olhos o jansenismo e o galicanismo. A rede das *Aa*, portanto, funcionara como devia. Mas a importância de sua presença na cidade do Sena deve ser procurada em outro ponto.

Em primeiro lugar, no ensino, que representava algo inédito, pois tomava Mons. de Ligório como texto de base. Formado na Faculdade Teológica da Universidade de Turim — onde predominavam tendências galicanas e, no plano moral, tradições de rigorismo combativo —, Pe. Virginio não cultivara ambições acadêmicas. Por causa da idade, além disso, não possuía experiência didática. Como seu colega Lanteri, devia ao Pe. Diessbach a nova orientação cultural. De fato, a Amizade, particularmente a Sacerdotal, era escola de moral afonsiana e campo de treinamento da prática pastoral. Por sugestão de Diessbach, considerava o bispo napolitano "o mais eminente entre os doutores que Deus, nestes últimos tempos, deu à sua Igreja"[40]. A convicção do Pe. Diessbach é reafirmada num texto autorizado de São Clemente Hofbauer: "Conhecia muito bem nosso Venerável Padre e era seu grande venerador. Mais de uma vez me afirmava, tanto a sós quanto na presença de outros, que, depois de extinta a Companhia de Jesus, somente Ligório fora aquele que Deus suscitara, para que, em defesa da pureza da doutrina e da Santa Sé, se opusesse como um muro aos inimigos da Igreja"[41].

Segundo J. Guerber, o magistério parisiense de Pe. Virginio correspondia "a um plano de conjunto cuidadosamente articulado. (...) A data de 1785, que adotamos para o título deste livro, é a da chegada de Virginio a Paris. Os cursos ministrados por ele no seminário de Saint-Nicolas constituem, de fato, tanto quanto sabemos, o primeiro esforço dos discípulos de Diessbach para difundir na França as ideias de Santo Afonso"[42].

As fontes, infelizmente, permanecem mudas. Mas comenta Pe. Guerber: "Como imaginar que um íntimo de Diessbach, numa casa cuja atmosfera lhe permitia ser plenamente ele mesmo, pudesse ministrar um curso de moral sem se

40 Cf. C. BONA, op. cit., p. 225.
41 Carta ao Pe. Blasucci, de 19 de agosto de 1800, ibid., p. 124.
42 J. GUERBER, Le ralliement du clergé français à la morale liguorienne, p. 7 e nota.

referir ao autor predileto? Sabemos, além disso, que a Amizade parisiense organizava para os sacerdotes reuniões em que se tratava de estudos, lhes prodigalizava conselhos para a composição de suas bibliotecas e, às vezes, chegava a fornecê-las por inteiro. Seria surpreendente que obras rigoristas constituíssem seu acervo. São fatos cuja importância não convém exagerar. Contudo, na escassez de informações em que nos encontramos acerca dos primeiros germes das doutrinas liguorianas lançados em terra francesa, importa também não desprezar indício algum”[43].

Não há dúvida de que os começos da Amizade em Paris foram bastante trabalhosos. Pe. Virginio pôde contar com o apoio discreto da Aa. Também lhe poderia ter sido útil o Pe. Diessbach, homem de múltiplas relações, caso suas viagens a Paris devam ser situadas naquele período — justamente em 1789 foram publicadas em Paris as Réflexions sur les ordres religieux, de Diessbach. Mas o impulso decisivo veio-lhe no início de 1791, do encontro com outro ex-jesuíta: Pe. Pierre-Joseph Picot de Clorivière (1735–1820), “guia espiritual para tempos difíceis”, segundo a feliz expressão do cardeal François Marty. Desde então, a Amizade na França viveu em fecunda interdependência com a Société des Prêtres du Cœur de Jésus e com a Société des Filles du Cœur de Marie, duas congregações clandestinas fundadas por Pe. de Clorivière, quase como resposta ao decreto da Constituinte que proibira os votos religiosos.

O encontro — importante para ambos — é narrado em terceira pessoa pelo próprio de Clorivière. O ex-jesuíta expôs ao jovem sacerdote italiano seu projeto inicial de restabelecer a Companhia de Jesus nos Estados Unidos, no Maryland, e depois a inspiração de 19 de julho de 1790, que está na origem das duas novas sociedades. No relato, Virginio reconheceu “as ideias que tivera ao vir a Paris e ofereceu-se de todo o coração ao servo de Deus para unir-se a ele e cooperar com ele em sua empresa (...). Suas ofertas foram perfeitamente acolhidas; combinaram entre si o que deveriam fazer para o avanço da obra de Deus e, em poucos dias, juntaram-se a eles vários dignos eclesiásticos, diretores do seminário onde residia o jovem sacerdote italiano”[44].

Comenta Pe. A. Rayez, especialista na matéria: “Apresenta-se um jovem sacerdote, oferece sua ‘cooperação’ e traz novos recrutas”[45].

43 Ibid., p. 186–187.
44 A. RAYEZ – L. FÈVRE, Foi chrétienne et vie consacrée, p. 118.
45 Ibid., p. 120.

Houve, portanto, negociações — "combinaram entre si" — e chegou-se a um acordo acerca das modalidades de colaboração, que não são especificadas no texto citado. Depois disso, Pe. Virginio encaminhou para a Société des Prêtres du Cœur de Jésus alguns membros da Amizade que talvez residissem com ele em Saint-Nicolas. De resto, devia possuir algo de particularmente cativante, pois, em circunstâncias tão difíceis, dois jovens eclesiásticos, Didier Richardot e A. Jean Paitre, deixaram Paris confiando em sua palavra para ir ao encontro do Pe. Diessbach em Turim[46]. Deve-se excluir a hipótese de dissolução ou absorção da Amizade nas duas sociedades de de Clorivière. Estabeleceram-se relações estreitíssimas de intensa colaboração, mas continua difícil — precisamente por causa da pertença simultânea, em alguns casos, aos dois grupos — definir sua natureza e seus limites. Como fontes, a Amizade nos transmitiu dois textos fundamentais, que lançam nova luz sobre muitos aspectos da vida religiosa daqueles anos cruciais: o anônimo Plan d'une Imprimerie et Librairie, redigido antes de 1792, e o Relatório sobre as Amizades Cristãs de Paris[47], composto por Virginio depois dos massacres de setembro. Esses dois textos deveriam ser cuidadosamente cotejados com as fontes, na prática inacessíveis ao leigo, que remontam ao Pe. de Clorivière. Segundo o relato de Virginio, os círculos da Amizade multiplicaram-se em Paris e fora dela; o número de membros ultrapassou trinta; realizavam-se longas assembleias em lugares separados para desviar suspeitas; as bibliotecas eram bem abastecidas e os livros circulavam em abundância; auxiliavam-se material e espiritualmente os religiosos e os sacerdotes "não juramentados" que afluíam das províncias à capital. Um oásis na tempestade era o Colégio dos Irlandeses, protegido pela imunidade diplomática. Ali se realizavam retiros de exercícios espirituais, sempre ardentes de fervor, que para alguns se tornavam preparação para o martírio. Enviavam-se auxílios também aos países de missão.

Esse fervor de obras desperta suspeitas em A. Rayez, que não consegue evitar um juízo bastante drástico: "Virginio simplesmente atribui às Amizades Cristãs os projetos missionários e a ação fundadora de Clorivière, bem como o apostolado das Sociedades! Há manifestamente nisso um equívoco e uma inconsciência juvenil inteiramente desconcertante!"[48].

46 Cf. BONA, op. cit., p. 157; J. GUERBER, op. cit., p. 191–192.

47 O primeiro documento é reproduzido em Congregazione Oblati di Maria Vergine, Manoscritti del Fondatore Pio Brunone Lanteri, VI, Roma, 1977, p. 140–166; o segundo, em C. BONA, op. cit., p. 530–536.

48 A. RAYEZ – L. FÈVRE, op. cit., p. 119.

Ao evitar um escolho, cai-se no oposto. Ao crédito da Amizade permanece, pelo menos, aquilo que se enquadra em suas finalidades específicas, como o apostolado dos bons livros e a afirmação dos "bons princípios". Além disso, o relatório de Virginio, que de modo algum é o "único documento sobre esse assunto"[49], deve ser completado pelo Plan d'une Imprimerie et Librairie, memorial até três anos atrás inédito, estruturado em 47 parágrafos. Descontados os aspectos utópicos, o escrito encarna perfeitamente as ideias de Pe. Diessbach e, mais ainda, retoma alguns conceitos típicos que encontraremos no Memorial a Leopoldo II.

O projeto, redigido em Turim e estudado nos mínimos detalhes, previa a criação, em Paris, de um sólido complexo editorial, a ser gradualmente ampliado, com tipografias e oficinas ligadas à arte da impressão, casas para aprendizes, livrarias, centros de correspondência e boletins bibliográficos internacionais, além de escolas para escritores segundo o modelo da jamais esquecida Port-Royal. Previam-se filiais no exterior e não faltavam preocupações de caráter social. Excluídos os fins lucrativos, pretendia-se dar vida a um vasto movimento cultural de inspiração cristã.

Um programa desse gênero não cabia nos esquemas de Pe. de Clorivière, que, contudo, o compartilhava. Evidentemente, Diessbach queria fazer de Paris o epicentro da Amizade! Como ponto de partida e núcleo da obra futura, já se havia iniciado uma tipografia com pessoal de confiança. Não havia dívidas, o trabalho afluía, tudo autorizava felizes presságios...[50]. Foi um sonho generoso que não sobreviveu à "catástrofe de 10 de agosto de 1792" — a queda da monarquia e a sucessão de violências que culminaram nos massacres de setembro.

A Amizade, juntamente com a Société de de Clorivière, recebeu o batismo de sangue. Em Turim, por muito tempo se temeu pela sorte de Pe. Virginio, que conseguiu pôr-se a salvo no Piemonte e depois em Viena. É impossível dizer quanto seu prestígio cresceu nos círculos da Amizade e fora deles. Todavia, as relações com a França não foram definitivamente interrompidas. De Viena, Pe.

49 A. RAYEZ – L. FÈVRE, op. cit., p. 119.

50 O próprio Pe. Rayez admite, de resto, a existência em Paris das "imprensas clandestinas das Amizades Cristãs", que teriam impresso, no início de 1792, as regras das duas sociedades fundadas por de Clorivière. Cf. France (De la Révolution au début du XXe siècle), em Dictionnaire de spiritualité, 5, Paris, 1963, p. 598. É interessante também a avaliação global de Pe. Rayez sobre a obra da Amizade na França: "Um novo impulso é dado às Aa de leigos, especialmente em Bordeaux e na região de Lyon, pela implantação das Amizades Cristãs tentada, a partir de 1786, por Louis Virginio (...). Um Plan d'une imprimerie et librairie foi redigido antes de 1792, e as Lois de l'amitié chrétienne estão na origem de todas as sociedades de bons livros (...) que floresceriam no tempo da Restauração" (A. RAYEZ, op. cit., p. 956).

Virginio não tardou a restabelecer a relação confiante e cordial com Pe. de Clorivière. Ainda em Viena, outros franceses foram atraídos à órbita da Amizade — embora Virginio permanecesse alheio a isso — e mais uma vez se estabeleceram relações de pertença simultânea, não isentas de certa ambiguidade. Os vínculos estreitos com as forças efetivas do catolicismo francês seriam depois reatados, desta vez a partir de Turim, por ocasião do conflito de Napoleão com Pio VII.

Em Viena

No início de 1782, a opinião pública comoveu-se com a notícia de que Pio VI pretendia dirigir-se a Viena, na esperança de moderar as ingerências do imperador José II em matéria eclesiástica. Com a prontidão que lhe era própria, Pe. Diessbach, acompanhado do diácono Lanteri, chegou à metrópole do Danúbio: queria esclarecer aos vienenses os objetivos da viagem do Papa, "peregrino apostólico".

Cumprida a missão, Lanteri retomou o caminho de Turim, enquanto o mestre permaneceu na capital, sem, contudo, ligar-se definitivamente a ela, desempenhando na corte interessantes encargos de catequese e de confessor. Os primeiros germes da Amizade vienense remontam, portanto, a 1782. Notícias regulares, porém, só aparecem a partir de 1788, quando Pe. Diessbach chamou para lá dois sacerdotes turinenses, Sineo e Rigoletti. O grupo de discípulos, sustentado pelo barão Joseph von Penkler, patrono da Minoritenkirche — a bela igreja dos italianos que acolhia os sacerdotes da Amizade —, tornou-se mais numeroso e trabalhou em estreito acordo com o arcebispo, cardeal Cristoforo Antonio Migazzi.

Em Viena, a obra da boa imprensa era urgente. O livro católico não circulava; lamentava-se a falta de pequenos tratados espirituais para o clero e para o povo; os próprios pregadores tinham de recorrer a obras protestantes. Começou-se a divulgar boas traduções, à espera de suscitar apologistas competentes da religião. A tarefa seria cumprida pelo boêmio Clemens Maria Hofbauer, redentorista canonizado pela Igreja. A ele deve ser creditada a fundação da Amizade de Varsóvia, mas sobretudo a criação de um movimento de restauração religioso-política — o pré-romantismo religioso austríaco —, com discípulos provenientes das esferas da cultura e da arte[51].

51 Sobre o círculo formado em torno de São C. M. Hofbauer existe rica literatura. Cf. R. AUBERT – R. LILL,

Com a morte inesperada de José II, em 20 de fevereiro de 1790, muitos esperavam uma revisão do direito administrativo eclesiástico. Também no ambiente da Amizade amadureceu uma iniciativa de importância fundamental.

Valendo-se de seus acessos à corte, Pe. Diessbach submeteu ao novo imperador Leopoldo II um documento que representa a síntese refletida e completa de seu pensamento. Ele marca também um momento crucial de sua agitada existência.

Agora que a revolução estava em curso, Diessbach julgava chegada a hora de proclamar em público aquilo que ensinara nas reuniões secretas da Amizade. O manuscrito original, com 134 páginas, conserva-se em Viena e traz a data de 30 de setembro de 1790, dia da eleição imperial. O título, Mémoriale d'un Jésuite, à S.M. pour rétablir les jésuites et contre les jansénistes, evidentemente não provém do autor[52]. Na primeira parte, o memorial indica os males religiosos que afligiam a monarquia; na segunda, sugere o remédio. O grande mal era o jansenismo, apresentado por homens cultos e brilhantes "como um catolicismo depurado". Vinha depois o filosofismo, organizado num partido inescrupuloso e intrigante. Estabelecendo relação direta entre os reformadores protestantes e os "filósofos", entre os "Iluminados da Baviera" e os revolucionários da França, Pe. Diessbach censurava Leopoldo pelo apoio concedido aos jansenistas na Toscana e denunciava as reformas eclesiásticas do predecessor. O remédio consistia em afastar ministros e conselheiros contaminados por maus princípios, respeitar as liberdades essenciais da Igreja e permitir aos bispos comunicar-se com o Papa. Seguia-se uma série de propostas no espírito da Amizade: que o governo apoiasse uma campanha de imprensa sadia, favorecesse os escritores católicos e os retirasse da situação de inferioridade em que se encontravam diante dos protestantes; que não se opusesse aos retiros sacerdotais, revogasse as leis contra as missões populares e, para perpetuar seus frutos, favorecesse os religiosos regulares, então em vias de extinção no império. Sem parecer fazê-lo, preparava o terreno para a peroração final: "Quero exprimir o último de meus desejos, que engloba todos os demais — permiti-o, poderoso e sábio Leopoldo: restabelecei os jesuítas!".

Gli inizi del movimento cattolico in Germania e in Svizzera, em Storia della Chiesa, dir. H. Jedin, VIII/1, Milão, 1975, p. 254–256, e bibliografia à p. 263.

52 Publicado em Congregazione Oblati di Maria Vergine, Manoscritti del Fondatore Pio Brunone Lanteri, VI, p. 14–49, com o título Adresse d'un Catholique à S.M.I. et R. Léopold Second Roi de Hongrie et de Bohême à son avènement au Trône.

De modo inesperado, a Companhia sobrevivera na Rússia de Catarina II. Os tempos pareciam maduros para seu restabelecimento parcial em alguns Estados católicos. Esse era o sentido do passo dado por Pe. Diessbach, que renovaria o pedido ao imperador Francisco II, sucessor de Leopoldo II em 1792. Nos últimos anos de vida, o ex-jesuíta trabalhou nessa perspectiva com autoridade e paixão. A voz corrente o apontava como futuro superior-geral da Companhia renascida; mas, justamente a respeito dos modos e dos tempos da reconstituição, abriu-se uma fissura no seio da Amizade Cristã. Vimos como, em pleno Terror, Pe. de Clorivière instituíra a Sociedade dos Sacerdotes do Coração de Jesus, modelada segundo a antiga Companhia. Uma congregação semelhante, com o nome de Société du Sacré-Cœur, surgira em Lovaina em 1794, por iniciativa de dois emigrados franceses, antigos alunos do Seminário de Saint-Sulpice, Eléonor de Tournély e Charles de Broglie. Também a Companhia da Fé de Jesus, fundada em Espoleto em 1797 por Niccolò Paccanari — singular figura de aventureiro não desprovido de fascínio religioso —, remetia explicitamente ao Instituto de Santo Inácio.

Acuados pela invasão francesa, os Padres do Sagrado Coração encontraram em seu caminho os homens da Amizade, primeiro em Augsburg, na Baviera, e depois, em setembro de 1796, em Viena. Durante as ausências de Diessbach, o grupo vienense era presidido por Giuseppe Sineo della Torre, muito estimado por sua doutrina, boa índole e iniciativa. Nomeado examinador do clero diocesano, tomara a peito a sorte das monjas de clausura refugiadas da França. Tornou-se também o anjo tutelar dos recém-chegados, que todos olhavam com desconfiança. Forneceu-lhes amplas informações sobre a regra de Santo Inácio e sobre os “verdadeiros princípios da teologia moral”, confirmou-os na aversão às doutrinas galicanas e, em 1797, poucas semanas depois da morte de Pe. Tournély, uniu-se a eles, emitindo os votos na sociedade. Isso aconteceu, porém, “sem publicidade, por causa dos sócios da Amizade Cristã”, como informa um cronista. De fato, Pe. Virginio e Penkler eram contrários[53]. Pe. Diessbach, ao contrário, era favorável, embora com algumas reservas. Com efeito, acolheu a proposta dos Padres do Sagrado Coração de uma fundação feminina. Para esse fim, em outubro de 1798, foi a Praga conversar com a arquiduquesa Mariana, quarta filha de Leopoldo II, também interessada no projeto. Mas Pe. Diessbach morreu dois meses depois, em Viena, em circunstâncias misteriosas,

53 Cf. C. BONA, op. cit., p. 203 ss.; J. GUERBER, op. cit., p. 187 ss. e passim.

recomendando o assunto a Pe. Virginio. Em abril de 1799, a Société du Sacré-Cœur fundiu-se com a de Paccanari — ou, mais exatamente, foi por ela incorporada. A nova Societas Fidei Jesu difundiu-se na Áustria, na Itália, na Inglaterra e na França, com colégios e outras obras. A ela aderiram não poucos sacerdotes da Amizade.

Nos escolasticados estabeleceram-se cursos regulares de estudos, na medida permitida pelas condições do tempo. Graças a uma complexa trama de relações pessoais, que J. Guerber pacientemente desvendou, a doutrina liguoriana começou a adquirir cidadania europeia. Por iniciativa de Paccanari, tomou forma também a fundação feminina: o Instituto das Diletas de Jesus, tendo em primeiro lugar a arquiduquesa Mariana e duas damas de honra, Luísa e Leopoldina Naudet, antigas penitentes de Pe. Diessbach. Apesar dos êxitos e do apoio suspeito do rei da Espanha, a Societas Fidei teve existência conturbada. Prejudicou-a, apesar do espírito e do zelo de seus membros, a excentricidade de Paccanari, com suas manipulações da regra inaciana.

Em 1801, Pe. Luigi Virginio escreveu ao antigo amigo Pe. de Clorivière para que não se deixasse seduzir por projetos de fusão. Em 7 de março do mesmo ano, Pio VII, ao regularizar mediante breve específico a situação anômala da Companhia de Jesus na Rússia, abriu de fato a porta à restauração universal. Os pedidos dos soberanos para cada Estado deveriam aplainar o caminho.

Seguindo as pegadas de Diessbach e secundado pelo barão Penkler, Pe. Virginio começou a agir energicamente em três direções. Exerceu influência sobre o imperador e os círculos próximos da corte; conquistou para a causa o núncio Antonio Gabriele Severoli; recrutou novos candidatos para a Rússia, procurando também os membros ainda válidos da antiga Companhia. Conhecendo o poder da opinião pública, compôs uma apologia dirigida particularmente contra o fenômeno do paccanarismo e que respondia às objeções levantadas ao restabelecimento dos jesuítas, inclusive em certos meios eclesiásticos. Lúcido e incisivo, o escrito de Virginio merece estar ao lado do memorial de Diessbach a Leopoldo II[54].

54 O memorial, inédito, tem o título En supposant qu'il s'agisse du rétablissement de la Compagnie de Jésus, est-il vrai qu'il est indifférent que ce rétablissement s'opère par moyen des Jésuites existants en Russie et des Jésuites épars; ou bien par le moyen de quelque société nouvelle? Cf. C. BONA, op. cit., p. 235–239. Colaborador valioso de Virginio foi o barão Penkler. Ver o cap. VIII, "Der Jesuitenfreund", de B. SPILLER, Joseph Freiherr von Penkler (1751–1830), Universidade de Viena, 1966, p. 111–123, tese inédita. A autora, embora tenha trabalhado com as fontes, ignora a pertença de Penkler à Amizade e a literatura pertinente.

Gradualmente, os Padres da Fé separaram-se de Paccanari, primeiro na Inglaterra, depois na Suíça, e pediram incorporação aos jesuítas da Rússia. A orientação predominante foi adotada também por Pe. Sineo, que, no entanto, desempenhara papel decisivo nas negociações de união entre os Padres do Sagrado Coração e os paccanaristas. Da Suíça, para onde fora enviado com o cargo de provincial, rompeu com Paccanari em 1806. Seis anos depois, juntamente com a comunidade de Sitten, emitiu os primeiros votos na Companhia reconstituída. Houve também uma cisão entre as Diletas de Jesus. Do ramo francês desenvolveu-se a Sociedade do Sagrado Coração de Santa Madalena Sofia Barat.

Paccanari foi preso em Roma sob várias acusações. Libertado pelos franceses em 1809, desapareceu sem deixar vestígios. A Societas Fidei sobreviveu até 1814 sob a direção do antigo amigo cristão Pietro Rigoletti. Em junho daquele ano, Rigoletti entrou, com alguns companheiros, no noviciado dos jesuítas em Sant'Andrea al Quirinale.

Em Florença

Com a morte de Diessbach, a direção da Amizade passara a Pe. Luigi Virginio, reitor da Minoritenkirche em Viena e chefe reconhecido — embora sem autoridade particular — da colônia italiana. Com o retorno à pátria de um grupo de exilados toscanos, decidiu-se fundar uma Amizade Cristã em Florença. A ocasião era solene e o próprio Virginio quis estar presente, em setembro de 1802. O cavaleiro Pietro Leopoldo Ricasoli (1778–1850) colocou à disposição seu palácio "junto à ponte Carraia", com rica biblioteca. Ainda em outubro surgiu em Florença a Conversazione Cristiano Cattolica, de caráter literário, segundo o modelo da Accademia di gusto desejada por Diessbach. De agosto de 1803 a agosto de 1806, por iniciativa do marquês Cesare d'Azeglio, exilado do Piemonte, publicou-se o periódico literário mensal L'Ape, acompanhado pelo almanaque Buon Capodanno, Diario fiorentino, que constitui a primeira experiência de jornalismo católico na Itália. Em 1806 foi criada uma associação para assistir os enfermos nos hospitais, a Sociedade das Servas da Caridade, à qual logo se acrescentou um ramo masculino, dirigido por Ricasoli.

O Venerável Pio Bruno Lanteri e a "Amizade Católica"

No início de 1806, chegou inesperadamente de Viena a notícia da morte, por contágio contraído nos hospitais militares, de Pe. Virginio, que ainda não completara cinquenta anos, e de seu discípulo, o conde e cônego Orazio Guicciardi.

Enquanto a monarquia dos Habsburgo parecia sacudida pelo furacão napoleônico, o jovem Guicciardi, quase pressentindo o próprio fim, recapitulou para Francisco II os princípios da Amizade acerca do mistério da história: uma página de tons duros, que parece o posfácio da Adresse de Diessbach a Leopoldo II.

> *"Perdoe-me, Sagrada Majestade, a ousadia; mas desde quando pode e deve a Augusta Casa da Áustria datar o início de suas desgraças, senão do tempo em que, para secundar o espírito filosófico dominante — em vez de seguir aquele espírito religioso, piedoso e edificante que sempre lhe foi característico —, quis abolir casas religiosas, destruir bispados e paróquias, afastar-se (!) da Igreja Romana, impedir aos bispos e religiosos o livre recurso ao Vigário de Jesus Cristo, adotar (!) uma tolerância funesta — que, no fim das contas, se reduz a deixar pleno e livre o exercício do próprio culto a todas as seitas e a acorrentar somente a Religião Católica — e alterar todos os seus usos e práticas santas? Mas aqueles filósofos que difundiram máximas tão ímpias na corte, nas universidades, no clero e no povo mostraram claramente que nada mais queriam senão derrubar ao mesmo tempo o Altar e o Trono, dos quais eram igualmente inimigos"*[55].

Com o desaparecimento de Virginio, toda a herança espiritual passou a Pio Bruno Lanteri. Durante longos anos, ele parecera permanecer na posição de discípulo, e é difícil, à primeira vista, estabelecer quanto de seu caminho constitui

55 Carta de 5 de outubro de 1805 (Viena, Österreichisches Staatsarchiv, Abt. Haus-, Hof- und Staatsarchiv, 40 F.A. Sammelbände, 20). Guicciardi atenua as responsabilidades de Francisco II, cujo longo reinado se caracterizou por um josefinismo moderado. Escreve ainda: "Vossa Majestade certamente não quis males tão lamentáveis; jamais os teria introduzido e talvez tenha desejado vê-los destruídos, conhecendo seu dano. Mas isso não basta, ó Senhor, para um soberano encarregado por Deus não apenas de não fazer o mal pessoalmente, mas também de impedi-lo nos outros e removê-lo onde tenha sido introduzido. Os reis de Israel e de Judá recebiam frequentemente dos profetas de Deus censuras e ameaças, que a seu tempo se cumpriram, por não terem destruído os obstáculos postos por seus antepassados à exata observância do culto divino". Do Todten Protokoll der Stadt Wien, 1805 A K, f. 126, sabemos que Orazio Guicciardi, de 42 anos, era natural de Reggio e morava na Welschenhaus n. 48, na Minoritenplatz. Era cônego de Olmütz e amigo íntimo do arquiduque Rodolfo, décimo sexto filho de Leopoldo II, bispo coadjutor e depois arcebispo-cardeal de Olmütz.

continuação de uma linha já traçada e quanto representa contribuição original. Certamente, ele continuou a obra de Diessbach, sempre atento aos sinais dos tempos. Manteve viva sua memória — ninguém hoje se lembraria do mestre se não tivesse existido Lanteri. Há mais. Ao morrer, Pe. Diessbach deixara os discípulos sozinhos justamente quando estava em jogo a questão decisiva. Mas Lanteri não esperara o desaparecimento de Diessbach e de Virginio para assumir plenamente a própria responsabilidade, afirmar sua presença e revelar seu carisma. Não faltam, na vida de Lanteri, episódios de clara experiência mística[56]. É-nos impossível, porém, refazer aqui seu itinerário interior. Basta-nos traçar um resumo, embora incompleto, de sua obra como promotor, publicista, fundador e animador, amado ou censurado conforme a diferente atitude de seus interlocutores.

Assíduo no ministério da penitência e da direção espiritual, foi "muitíssimo versado" em matéria de exercícios espirituais, segundo G. F. Roothaan. Como os franceses haviam suprimido as "casas" destinadas aos exercícios, pregou-os por cerca de dez anos em sua casa de campo, adaptada para esse fim, em Bardassano, nas proximidades de Turim, e também em propriedades de leigos — "Abra-me o caminho para fazer os santos exercícios sob sua direção", escrevera-lhe Ricasoli de Florença em 1807. Ainda durante a ocupação napoleônica, de acordo com o amigo Guala, conseguiu reabrir a casa de exercícios junto ao santuário de Santo Inácio, no Vale de Lanzo, que subsiste até hoje como célebre centro de espiritualidade. Em 1829 mandou imprimir, pela editora Marietti, os Esercizi Spirituali di Sant'Ignazio di Loyola col Direttorio pel buon uso de' suddetti Esercizi[57]. Levando a termo a linha de Diessbach, Lanteri foi defensor convicto e autorizado da teologia moral afonsiana. Sintetiza G. Guerber: "A partir de 1806, é Lanteri quem assume a causa de Ligório, explorando especialmente o argumento fundado nos decretos de beatificação do grande moralista e prosseguindo seus esforços até o último dia"[58].

A referência é a dois pequenos tratados publicados anonimamente por Lanteri: o primeiro, em Lyon–Paris, em 1823, com o título Réflexions sur la sainteté et la doctrine du bienheureux Liguori; o segundo, em Lyon, no ano

56 P. CALLIARI, "Lanteri, Pio Bruno", em Dizionario degli Istituti di perfezione, 5, Roma, 1978, p. 450.
57 Cf. Carteggio del Ven. P. B. Lanteri, I, p. 193–194.
58 J. GUERBER, Le ralliement du clergé français à la morale liguorienne, p. 362.

seguinte, com o título Réponse à l'examen de la question si la doctrine théologique du B. Liguori est toute sûre et approuvée par le Saint-Siège[59].

Lanteri também promovera a publicação das obras do bispo napolitano, lançadas em numerosas edições pela editora Marietti. Conclui Pe. Guerber: "Um historiador definiu o autor das Réflexions como 'o principal promotor das ideias afonsianas na Itália'. Tudo leva a crer que ele foi igualmente o principal responsável por sua penetração na França"[60].

Uma atitude inconfundível da "metafísica eclesial" lanteriana[61] foi a plena compreensão do magistério vivo da Igreja e do Papa, sucessor de Pedro no primado. Ele agiu em consequência. No período mais crítico das relações entre Pio VII e Napoleão, fez circular manuscritos, pequenos tratados e opúsculos, no Piemonte e na França, contra os Artigos Orgânicos de 1802, o catecismo imperial, o conciliábulo parisiense de 1811, os preliminares da Concordata de Fontainebleau etc. Havia um pacto tácito de ação entre as Amizades e os vários grupos de resistência ao despotismo napoleônico.

A Napoleão, que transformava Roma num departamento do império, o Papa respondeu com a excomunhão. Era urgente, porém, torná-la conhecida na França. A participação de Lanteri no caso é comprovada por uma carta sua a Ricasoli, de 2 de julho de 1809, e por uma carta do abade Pierre Perreau — aquele que fizera chegar clandestinamente a bula de excomunhão a Paris — dirigida a Lanteri em 13 de abril de 1814[62]. Como reação, o Papa foi preso e deportado para Savona. Pio VII defendeu-se recusando a instituição canônica dos bispos nomeados pelo imperador. Por meio do amigo Renato d'Agliano — último elo de uma cadeia que, de Paris a Lyon, tinha seu eixo em Turim —, Lanteri conseguiu comunicar-se com o Papa e fazer-lhe chegar, além de grandes auxílios materiais arrecadados entre os amigos, a documentação necessária para sustentar os direitos pontifícios. Revistado pela polícia, Lanteri foi confinado em Bardassano. Naquele mesmo dia, 25 de março de 1811, presidira uma reunião da Amizade Cristã, a última antes da Restauração.

Por um conjunto de circunstâncias, a retomada oficial da Amizade só ocorreu em 3 de março de 1817, no palácio do marquês d'Azeglio, na rua Teatro

59 J. GUERBER, Le ralliement du clergé français à la morale liguorienne, p. 103–125.
60 J. GUERBER, op. cit., p. 362.
61 P. CALLIARI, I tempi e le opere del P. P. Bruno Lanteri, p. 157.
62 C. BONA, op. cit., p. 283–300; J. VERRIER, "François-David Aynés. La diffusion des documents pontificaux pendant la captivité de Pie VII à Savone", em Revue d'Histoire ecclésiastique, 55, 1960, especialmente p. 462, n. 1.

d'Angennes, porta 19. Durante a sessão inaugural, presidida por Lanteri, o cavaleiro Luigi di Collegno — fervoroso cristão que acabara de demitir-se, por motivos de saúde, do cargo de primeiro oficial do Ministério das Relações Exteriores — apresentou uma proposta de importância decisiva. Sugeriu criar uma segunda associação, mais adequada à mudança dos tempos, livre do segredo e composta apenas de leigos, com exclusão também das mulheres, que, com base em regras conhecidas do público, trabalhasse de modo mais incisivo na difusão da boa imprensa, para restaurar o espírito cristão e combater — como consta da ata — a atividade da Sociedade Bíblica de Londres.

Considerada veículo do indiferentismo protestante, a Sociedade Bíblica estava, portanto, no centro das preocupações. Pio VII emitira uma advertência por meio de um breve de 3 de setembro de 1816, e os amigos turinenses haviam tratado prontamente do assunto nas reuniões informais anteriores[63]. Causa-nos, porém, certa perplexidade saber que à associação desejada por Collegno foi imposto, no mesmo instante, o nome de Sociedade Eclesiástico-Bíblica, logo abreviado para Sociedade Bíblica. Naturalmente, não se pensava numa verdadeira sociedade bíblica católica, segundo o modelo da primeira, fundada em Regensburg por Georg Michael Wittmann[64], embora, em 1816, os Amigos de Turim tivessem projetado uma edição francesa do Novo Testamento para os católicos da Louisiana[65].

A Sociedade Bíblica turinense devia atuar sob a tutela da Amizade Cristã, que preferia permanecer ligada à lei do segredo. Apesar de certa resistência de Lanteri, a quem não poderia agradar a exclusão dos eclesiásticos, logo se chegou a um acordo que garantia as justas exigências de ortodoxia. Mais ainda: em poucos meses, a sociedade de Collegno acabou absorvendo a Amizade-mãe. De fato, ainda em 1817 ela se apresentou ao público — abandonada toda referência bíblica — com o novo nome de Amizade Católica, proposto pelo sócio Joseph de Maistre. Em relação à primeira Amizade, não havia intenção de criar um organismo novo: desejava-se apenas atualizá-la, torná-la mais eficiente. Na

63 Ver a carta do Venerável Lanteri a Dom Louis-Guillaume-Valentin Du Bourg, bispo da Louisiana, de 17 de setembro de 1816. Para esclarecer os objetivos da Sociedade Bíblica, Lanteri também se propôs a compor um pequeno tratado destinado a Du Bourg, que passara por Turim em busca de missionários. Do tratado, intitulado Idea della Società Biblica ed osservazioni sulla medesima, que não chegou à redação definitiva, restaram várias versões, todas de próprio punho de Lanteri. Contêm abundante material documental e um esboço de minuta a Du Bourg. Cf. C. BONA, La rinascita missionaria in Italia, p. 55–56 e 61, n. 33.

64 R. AUBERT, "La Chiesa Cattolica dopo il Congresso di Vienna", em Storia della Chiesa, dir. H. Jedin, VIII/1, p. 103 e n. 8.

65 C. BONA, La rinascita missionaria in Italia, p. 55.

realidade, a Católica assinalava uma transformação essencial. Apesar do nome, desaparecia o caráter cosmopolita. Cessava também a forma de Pia União, embora suas finalidades e meios não fossem excluídos. O horizonte ampliava-se para interesses políticos, não nos estatutos, mas na prática. Sobretudo, a Amizade Católica era uma associação leiga. Continuava-se a recorrer à obra e à consultoria de sacerdotes — Lanteri, mas também Pe. Taparelli, filho jesuíta de Cesare d'Azeglio — "zelosíssimos da doutrina romana e da devoção ao sucessor de São Pedro". A Amizade Cristã cessou, pelo menos em Turim, por um motivo não declarado e talvez nem sequer claramente percebido pelos protagonistas, mas que parece implícito na natureza das coisas.

Como se não bastasse a atração fortíssima exercida pela Companhia de Jesus, finalmente reconstituída em toda a Igreja, Lanteri introduzira em Turim a Pia União de São Paulo Apóstolo — fundada em Roma, no século anterior, pelo ex-jesuíta Luigi Felici —, que se propunha "prover de confessores, instrutores e consoladores os internados em hospitais, os pobres abandonados e os prisioneiros".

Ao mesmo tempo, amadurecia o nascimento da futura Congregação dos Oblatos da Virgem Maria, isto é — como se lê no Diretório —, de uma "Pia União de eclesiásticos plenamente dedicados à Santíssima Virgem e unidos entre si pelo puro vínculo da caridade". Era uma reedição da Amizade Cristã em chave eclesiástica. Com efeito, as regras, que recorrem às experiências espirituais anteriores, colocam o objetivo do instituto na pregação dos exercícios espirituais e das missões populares, segundo formas de piedade mais humanas e indulgentes; na preparação pastoral dos jovens sacerdotes em convívios especiais; no apostolado da boa imprensa; e na luta contra os "erros modernos". Além disso, precisamente em 1817, por iniciativa conjunta de Lanteri e Guala, surgira em Turim um Convívio Eclesiástico, previsto pela regra dos Oblatos, para treinar o jovem clero no ministério das confissões segundo os princípios da moral afonsiana. Os leigos zelosos, embora apoiassem as novas instituições, não podiam tornar-se membros delas. Fundaram, então, uma organização própria: justamente a Amizade Católica.

Além de Turim, a Amizade Católica estabeleceu-se em Roma, Novara e outros centros do Piemonte. Teve correspondentes na França e nos Países Baixos. Não se podem excluir influências sobre as várias Sociétés des Bons Livres, tão numerosas na França da Restauração. Manteve contatos também com a

Sociedade dos Amigos do jovem Rosmini, mas — como observa D. Barsotti — as "amizades" que Rosmini desejava criar eram coisa muito diferente das amizades piemontesas, assim como sua devoção à Divina Providência não era a devoção de São José Cottolengo[66]. A nova Amizade distribuía gratuitamente dezenas de milhares de livros pequenos e de fácil assimilação: livros religiosos, clássicos da espiritualidade, mas também alguns poucos livros que defendiam abertamente os princípios do conservadorismo político e do legitimismo.

O secretário, marquês d'Azeglio, conduzia pessoalmente sua batalha nas páginas do mensário L'Amico d'Italia, equivocadamente considerado órgão da associação. D'Azeglio teria querido envolver até Manzoni numa espécie de cruzada contra os "sarracenos modernos, que estão ao redor e no meio de nós; e o mal que fazem, aquilo que preparam, é imenso"[67].

L'Amico d'Italia defendia o direito divino dos reis, mas também as doutrinas ultramontanas. Favorável ao primeiro La Mennais, dedicou páginas belíssimas — as primeiras na Itália — à atividade missionária renascente da Igreja. Foi precisamente d'Azeglio quem introduziu no Piemonte a obra lionesa da Propagation de la Foi, ou "Propaganda", como foi chamada no Piemonte. Alguns homens da Amizade Católica ocupavam importantes cargos de governo. A partir de 1825, a Sociedade dos Bons Livros foi envolvida na polêmica que, na França, tinha como alvo a Congrégation e os jesuítas. Uma vez estabelecida a identidade entre Amizade e Congrégation, orquestrou-se uma campanha violenta, na qual razões políticas se entrelaçavam com ciúmes pessoais, motivos dogmáticos e anticúria. O marquês d'Azeglio, mais exposto aos ataques por causa de L'Amico d'Italia, foi ameaçado com o punhal e o veneno. Reagiu também o ambiente universitário turinense, receoso, diante do avanço do liguorianismo e do ultramontanismo, de ver desagregar-se as estruturas eclesiais típicas do Estado saboiano. O próprio arcebispo de Turim, Dom Colombano Chiaveroti, não compartilhava certas orientações da Amizade, embora fosse seu presidente honorário por força dos estatutos.

No início de 1827, a própria diplomacia russa investiu abertamente contra a pequena formação de católicos militantes. Por fim, depois de hesitações, faltou-lhe o favor do rei. Carlos Félix estimava os homens da Amizade e financiara suas iniciativas. Mas em seu ânimo tiveram efeito as insinuações do conde Roget de

66 D. BARSOTTI, "Rosmini nella spiritualità dell'Ottocento", em Rivista rosminiana di filosofia e cultura, 74, 1980, p. 54.
67 T. GALLARATI SCOTTI, La giovinezza del Manzoni, Milão, 1970, p. 251.

Cholex, ministro do Interior, hostil à associação por preconceitos doutrinais e ciumento da ascensão de alguns de seus membros: a Amizade, embora composta por pessoas irrepreensíveis, poderia "servir de escudo para que outros, mais astutos e menos retos, formassem conciliábulos secretos e difundissem máximas perversas"[68].

> *Primeiro em Novara e depois em Turim, a Propagation de la Foi foi violentamente combatida. Informa-nos o marquês d'Azeglio, numa carta de janeiro de 1828: "Esta sociedade convida a dar um soldo por semana. Contribuem mulheres, pobres, idosos, enfim, quem tem zelo (...). Essa associação, composta de elementos inertes para qualquer outra obra, aterrorizou os inimigos de Deus e do rei. Eles se correspondem, organizam-se em sociedades, clubes, lojas, de vários modos: perturbá-los é tirania. Mas qualquer outra associação que exista ou nasça sem ser dominada por eles irrita-os e amedronta-os. A principal, fundada por Jesus Cristo, é o primeiro objeto de seu ódio"*[69].

Em 6 de junho seguinte, d'Azeglio notificou com amargura a Carlos Félix a cessação voluntária e definitiva da Amizade Católica. Também a Propagation de la Foi, que se beneficiara da prosperidade da primeira, foi arrastada pela queda ruidosa, num turbilhão de suspeitas e calúnias que tornou depois extremamente difícil sua reconstituição. Em 5 de agosto de 1830, Pio Bruno Lanteri morreu em Pinerolo. Poucos meses depois, em 26 de novembro, morreu em Gênova o marquês d'Azeglio, seu grande discípulo. Encerrava-se um período; permanecia uma herança.

68 C. BONA, La rinascita missionaria in Italia, p. 125.
69 C. BONA, La rinascita missionaria in Italia, p. 128.

A herança das “Amizades”

Podemos perguntar se a imagem do catolicismo que emerge do quadro, tão rico em ideias e obras, das Amizades continua atual em nossos dias. É sempre difícil fazer um balanço, e eu pareceria pecar por presunção se quisesse condensar em poucas fórmulas a herança das Amizades e, portanto, a herança do Venerável Lanteri. Permito-me apenas algumas considerações simples, partindo de uma característica da espiritualidade de Pe. Diessbach que também encontramos nos discípulos. A ascese de Pe. Diessbach — escreve Pe. Calliari — funda-se na moderação e na doçura. Isso derivava tanto da escola jesuíta em que fora educado e da doutrina de Santo Afonso, de quem sempre foi grande admirador e divulgador, em aberto contraste com o rigorismo então dominante, quanto de sua própria índole, naturalmente inclinada à bondade e à compreensão. Dizia Lanteri a seu respeito: “Sabia conquistar o coração de todos, de modo que todos o procuravam e o apreciavam”[70].

Ora, a nota dominante e coordenadora da Amizade é o zelo. Ele não contrasta com a moderação e a doçura mencionadas. É um zelo amável, não amargo, que irrompe como fruto do amor que orienta os amigos para Deus e sua Igreja. À visão clara que os amigos tiveram das condições e necessidades de seu tempo acompanha-se a prontidão e, às vezes, a criatividade da intervenção. Isso constitui, a meu ver, a segunda nota. Eles estiveram atentos a discernir as moções do Espírito. Dóceis também às orientações da hierarquia, no desorientamento geral de então, souberam antecipar o chamado da Igreja, em vez de esperar ordens[71]. Foram verdadeiros pioneiros no campo da imprensa, cuja importância fundamental para a formação das consciências e da opinião pública pressentiram. Caminhando no sulco da tradição, permaneceram abertos aos novos problemas da vida pastoral e, mais ainda, descobriram novas formas de apostolado. Encontramos confirmação e exemplo disso na biografia do Venerável Lanteri, que em Turim, durante muitos anos e num contexto diferente, soube emular aquilo que a Amizade de Paris fizera em sua breve temporada.

70 P. CALLIARI, Carteggio del Ven. P. B. Lanteri, II, p. 122, n. 1.

71 Visão lúcida que, pelo menos uma vez e numa situação histórica inteiramente inédita, chegou a contestar um documento indevidamente atribuído ao Papa prisioneiro. Refiro-me ao opúsculo I do Venerável Lanteri, Sovra il supposto Concordato con decreto imperiale li (13 febbraio) 1813; introdução e texto em A. P. FRUTAZ, Beatificationis et canonizationis Servi Dei P. B. Lanteri (...). Positio super introductione Causae, p. 565–583.

Terceira nota: a fidelidade à Igreja de Roma e ao Papa, que encontra expressão típica na fórmula de juramento proposta por Lanteri aos amigos cristãos na primeira assembleia de 1817:

> *"Professo reconhecer a Santa Igreja Católica, Apostólica e Romana, Mãe e Mestra de todas as Igrejas."*
>
> *"Prometo e juro verdadeira obediência ao Romano Pontífice, sucessor de São Pedro, Príncipe dos Apóstolos e Vigário de Jesus Cristo."*
>
> *"Confesso que ninguém pode ser verdadeiro católico sem a comunhão com a Santa Sé, isto é, com a Igreja particular de Roma, nem pode salvar-se sem sincera obediência ao Romano Pontífice, que reconheço infalível em suas decisões ex cathedra e que, portanto, professarei sempre sem exceção nem restrição."*
>
> *"Reconheço ainda a infalibilidade do Romano Pontífice em seus juízos proferidos ex cathedra e detestarei sempre toda novidade doutrinal a esse respeito"*[72].

Enfim, a quarta nota, que talvez constitua o aspecto mais característico do movimento: o amplo espaço concedido aos leigos, já ressaltado por Filippo Crispolti em carta a Pe. T. Piatti publicada no Corriere d'Italia de 8 de julho de 1926. Com razão se falou de despertar do laicato e de um novo tipo de responsabilidade dos leigos. As amigas cristãs de Turim deixaram-nos, a esse respeito, dois pequenos fascículos exemplares. Talvez sejam os primeiros textos de um "feminismo" cristão avant la lettre[73].

Movimento aristocrático de elite, movimento militante. Com os escritos e a ação, as Amizades conduziram uma campanha decidida contra o século rebelde, contra os "erros modernos". Justamente por essa militância, hoje se desejaria rotulá-las como movimento de reação, de contrarrevolução. Eu poderia citar nomes e periódicos. Parece-me perceber uma tentativa de capturar o Venerável Lanteri, de instrumentalizá-lo. Desconhecem-se sua abertura e seu apego ao Papa.

Parece-me aplicar-se ao nosso caso aquilo que D. Barsotti escreve a respeito de A. Rosmini: "Os escritores com os quais entra em polêmica são praticamente todos os seus contemporâneos e aqueles que o precederam imediatamente. Pode parecer excessiva essa vontade de polemizar um pouco contra todos. (...) Mas não

72 A. P. FRUTAZ, op. cit., p. 150–151.
73 Cf. C. BONA, Le "Amicizie". Società segrete e rinascita religiosa, p. 85 e n. 149.

há nele o gosto amargo de uma oposição sistemática aos mestres do tempo, nem orgulho; há a consciência vigilante de uma missão à qual não pode ser infiel: sente-se chamado a dar testemunho da verdade, a ensiná-la e defendê-la contra todo erro, porque é, antes de tudo, do erro que deriva todo mal”[74].

Em suas assembleias, os discípulos de Diessbach costumavam repetir com Paciano, bispo de Barcelona: “Cristão é meu nome; católico é meu sobrenome”.

Foi precisamente o genuíno sentido eclesial que os preservou das sugestões do integralismo, latentes num programa de estrita ortodoxia, e conferiu à sua ação as dimensões da catolicidade. Todavia, verificamos um erro de perspectiva e, portanto, um limite. Nascidos em regime de cristandade, quando Igreja e sistema político-social pareciam coincidir, quando a lei civil garantia a religião, os amigos acreditavam na cristandade e não admitiam que ela pudesse declinar, embora não chegassem a identificá-la com o cristianismo. Consequentemente, os leigos da última geração empenharam-se no terreno da vida pública. Assim como os bispos italianos de seu tempo, foram inclinados a ver na Revolução “um gesto sacrílego e uma profanação que atrairiam os castigos divinos. A Revolução apareceu como a encarnação das potências infernais”[75], “um lugar histórico de loucuras e erros”[76].

Sonhando com o retorno ao Antigo Regime, desejaram — embora com reservas — a aliança entre trono e altar. Aceitaram o confronto da Igreja com os soberanos, mas não com os povos. Não suspeitaram a presença de valores cristãos na ideologia revolucionária. Viveram os horrores da revolução e experimentaram quão curto é o passo entre a liberdade proclamada e o terror. São tributários de uma mentalidade amplamente difundida, que é preciso procurar compreender. Mas, desde então, a Igreja percorreu um longo caminho e reconheceu como superadas e insustentáveis certas posições. O Papa João XXIII ensinou-nos a distinguir entre “erro e pessoa que erra” — na verdade, essa distinção já fora proposta na França justamente às vésperas da revolução —, para não faltar ao dever da caridade. De todo modo, não há dúvida de que o Venerável Lanteri, hoje, não teria dificuldade em aceitar a força revolucionária dos grandes decretos do Vaticano II e das encíclicas dos últimos papas. Aceitaria também o princípio da liberdade religiosa. “É antes de tudo do erro que deriva todo mal.”

74 D. BARSOTTI, art. cit., p. 49.
75 P. STELLA, “Italie (De la Restauration à l’Indépendance)”, em Dictionnaire de spiritualité, VII, p. 2273.
76 R. DE MATTEI, Introdução a Direttorio e altri scritti del Ven. Lanteri, p. 7.

É preciso, porém, distinguir entre “erro” e “pessoa que erra”. Além disso, hoje, a resistência ao erro pressupõe análise, confronto com a situação histórica para compreendê-la, não para condená-la — ouça-se novamente Paulo VI no discurso sobre a violência de 1º de janeiro de 1978. Então se torna possível a palavra nova: “diálogo”.

Alarmados com o avanço da incredeendente em diversos níveis, dando prova de uma férvida imaginação pastoral[77]. É propriamente ao movimento de ideias que precedeu a Revolução Francesa que se faz remontar a grande descristianização típica de nossos tempos. J. Delumeau afirma que a cristianização dos países ditos de “cristandade” nunca fora completa e não poderia sê-lo[78]. Seja como for, hoje o Ocidente já não é cristão, pelo menos em camadas muito amplas[79]. As instâncias da Amizade são, portanto, extremamente válidas e atuais. Dessa constatação de fato nasce, poderoso, o compromisso do diálogo e do anúncio. À Igreja “incumbe o cuidado de recriar, com audácia e sabedoria, em plena fidelidade a seu conteúdo, os modos mais adequados e eficazes de comunicar a mensagem evangélica aos homens de nosso tempo”[80]. São necessários inteligência, coragem e um impulso sem precedentes.

> *“Hoje, mais do que nunca, a palavra de Deus não poderá ser anunciada e ouvida se não for acompanhada pelo testemunho e pelo poder do Espírito Santo, que atua na ação dos cristãos”*[81].

Anúncio, evangelização: eis, parece-me, transposta para uma chave positiva a fórmula programática “luta contra os erros modernos”, acrescentando-se aquilo que é característico da Amizade: o zelo e a criatividade pastoral. Com isso, parece-me estar na linha do que escreve o cardeal Marty no prefácio a um estudo sobre Pe. de Clorivière: “Esse retorno às fontes é ao mesmo tempo necessário e difícil. É preciso voltar à origem, mas sobretudo conservar sua originalidade, sem querer restituir uma época passada. É preciso levar em conta a história, mas

77 R. AUBERT atribui ao clero católico do século XIX “uma imaginação pastoral limitada”. Citado em P. PIERRARD, Histoire de l’Église catholique, Paris, 1972, p. 252.

78 J. DELUMEAU, Il Cristianesimo sta per morire?, Turim, 1978, p. 159. Podemos extrair desse pequeno livro, que perturbou o sono de conservadores e progressistas, a definição de “cristandade” dada pelo pastor André Dumas no jornal Le Monde: “Chamamos cristandade uma influência do cristianismo sobre a vida coletiva, de modo que a primeira característica que cada um dá de si não é a nacionalidade, nem a classe social, nem a escolha política ou ideológica, mas a pertença religiosa e frequentemente confessional” (p. 28).

79 Paulo VI, na exortação apostólica Evangelii Nuntiandi, de 8 de dezembro de 1975, denuncia o “aumento progressivo da descrença no mundo moderno” e o número crescente de batizados que, sem renegar “formalmente seu Batismo (...), estão completamente à margem dele e não o vivem” (n. 55–56).

80 Evangelii Nuntiandi, n. 40.

81 Paulo VI, carta apostólica Octogesima adveniens, de 14 de maio de 1971, n. 7.

também saber que ela pode ter acarretado sobrecargas e até desvios. Falar-se-ia de retorno às fontes se não houvesse matéria para purificações? É preciso ser fiel, mas adaptando-se às necessidades do mundo moderno”[82].

82 A. RAYEZ – L. FÈVRE, Foi chrétienne et vie consacrée.

Bibliografia

A bibliografia sobre as Amizades enriqueceu-se consideravelmente nos últimos anos, depois das pesquisas de A. M. Frutaz e C. Bona.

A. M. FRUTAZ, Beatificationis et canonizationis Servi Dei P. B. Lanteri (...) Positio super introductione Causae et super virtutibus ex officio compilata, Roma, 1945.

C. BONA, Le “Amicizie”. Società segrete e rinascita religiosa (1770–1830), Turim, 1962.

Obras mais significativas:

C. BONA, La rinascita missionaria in Italia. Dalle “Amicizie” all’Opera per la propagazione della fede, Turim, 1964.

G. DE ROSA, Storia del movimento cattolico in Italia. Dalla restaurazione all’età giolittiana, Bari, 1966, p. 13–37.

A. PRANDI, Religiosità e cultura nel ’700 italiano, Bolonha, 1966, p. 6–7.

S. FONTANA, La controrivoluzione cattolica in Italia (1820–1830), Brescia, 1968, p. 68–72 e passim.

G. VERUCCI, Francia e Piemonte tra Restaurazione e rivoluzione di luglio. Corrispondenze francesi del conte Vittorio Amedeo Sallier de la Tour, Roma, 1968, p. 11–12 e passim; ID., I cattolici e il liberalismo dalle “Amicizie Cristiane” al modernismo. Ricerche e note critiche, Pádua, 1968, p. 1–86; ver os quatro ensaios reunidos no cap. I: Per una storia del cattolicesimo intransigente in Italia dal 1815 al 1848; Cesare Taparelli d’Azeglio; Giuseppe Baraldi; La Chiesa da Pio VI a Leone XII.

A proposito di due libri recenti. P. CALLIARI, I tempi e le opere di Pio Bruno Lanteri (1759–1830), Turim, 1968.

F. TRANIELLO, Cattolicesimo conciliatorista. Religione e cultura nella tradizione rosminiana lombardo-piemontese (1825–1870), Milão, 1970, p. 18–27.

A. RAYEZ – L. FÈVRE, Foi chrétienne et vie consacrée. Clorivière aujourd’hui. Le fondateur et le maître spirituel, Paris, 1971, p. 118–120.

L. MEZZADRI, Religiosità e cura pastorale nel ’700; ID., L’impegno dei cattolici italiani nella Restaurazione (1785–1832), apêndices III e IV do volume IV de Nuova storia della Chiesa, Turim, 1971, p. 542–543 e 550–551.

J. GUERBER, Le ralliement du clergé français à la morale liguorienne. L’abbé Gousset et ses précurseurs (1785–1830), Roma, 1973, passim.

P. CALLIARI, Carteggio del Venerabile P. Pio Bruno Lanteri (1759–1830), fondatore della Congregazione degli Oblati di Maria Vergine, 5 vols., Turim, 1975.

A. P. FRUTAZ, “Lanteri (Pio Brunone)”, em Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique. Doctrine et histoire, IX, Paris, 1975, p. 238–242.

L. MEZZADRI, Alle origini del movimento laicale cattolico (1817–1846).

C. A. NASELLI, La cura pastorale e la spiritualità in Italia, apêndices II e VI do vol. XX/2 de Storia della Chiesa dalle origini ai nostri giorni, Turim, 1975, p. 1063–1065 e 1107.

R. DE MATTEI, Introduzione a Ven. P. B. Lanteri, Direttorio ed altri scritti, Siena, 1975, p. 5–25.

P. CALLIARI, Maria vincitrice di tutte le eresie secondo la dottrina del Ven. Padre P. B. Lanteri, Fondatore degli Oblati di Maria Vergine, Turim, 1976, passim.

V. M. MICHELINI, Le Amicizie cristiane. Testimonianze storiche di rinascita cristiana, Milão, 1977.

G. PENCO, Storia della Chiesa in Italia. II. Dal Concilio di Trento ai nostri giorni, Milão, 1978, p. 134; ver, no índice de nomes de pessoas, o verbete “Lanteri, Pio Brunone”.

M. PETROCCHI, Storia della spiritualità italiana. III. Il Settecento, l’Ottocento e il Novecento, Roma, 1979, p. 82.”